



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

ALINE GOMES MACHADO

A GINÁSTICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA NA BAHIA
(1850-1920)

Salvador
2018

ALINE GOMES MACHADO

**A GINÁSTICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA NA BAHIA
(1850-1920)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior

Salvador
2018

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

Gomes Machado, Aline
A Ginástica Como Prática Educativa na Bahia (1850-1920) /
Aline Gomes Machado. -- Salvador, 2018.
66 f. : il

Orientador: Coriolano Pereira da Rocha Junior.
Dissertação (Mestrado - Educação) -- Universidade Federal da
Bahia, Faculdade de Educação, 2018.

1. Modernidade. 2. Higienismo. 3. Educação . 4. Ginástica.
I. Pereira da Rocha Junior, Coriolano. II. Título.

ALINE GOMES MACHADO

**A GINÁSTICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA NA BAHIA
(1850-1920)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Salvador, 17 de Janeiro de 2018.

Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior – Orientador
PPGE-Universidade Federal da Bahia.

Dr. Augusto Cesar Rios Leiro
Universidade Federal da Bahia.

Dr. Edivaldo Gois Junior
Universidade Estadual de Campinas.

Agradecimentos

Das coisas da vida, grandemente me alegra os encontros. Os que surgem e ficam, os que vão e voltam, os que rapidamente passam. Todos esses nos modificam, edificam e lapidam. Tornam nossa caminhada mais humana, leve, desafiadora, feliz e possível.

Nessa caminhada do mestrado, não foi diferente. Uma caminhada que começou há tempos e, por isso, me permitiu grandes encontros, aos quais sou profundamente grata. Assim, tento, em poucas e simples palavras, agradecer a essas pessoas tão especiais que o sagrado colocou na minha vida e tornaram minha jornada encantada.

Primeiro, à Rose, minha amada mãe. Exemplo de força e determinação. Sou grata por ter me dado a vida, amor, educação e ter feito todo o possível, e impossível, para tornar meus sonhos realidade.

A Patrícia, minha irmã, amiga, mãe, que cuida de mim e me dedica carinho e se esforça para que eu viva o mais plenamente possível.

Ao Arnaldo, meu irmão e amigo, que mesmo estando longe, torce e me apoia.

Aos meus sobrinhos, Mateus, João Vítor, Felipe, Guilherme, Daniel e Mariana, que são as maiores alegrias que tenho. Perto ou longe, os amo mais que tudo na vida.

Ao meu orientador, Coriolano, por conduzir essa construção com amorosidade, cuidado, sabedoria e leveza. Sem dúvida, uma pessoa e profissional admirável.

Aos meus professores, Roberto Gondim, Pimentel e Manoel Gomes, que representam um time que me possibilitou grandes momentos de crescimento profissional e humano.

Ao meu amigo, professor e exemplo, Natanael, por todo incentivo, confiança, amor e carinho dedicados a mim.

Aos meus grandes amigos que me acompanham há tempos e fazem os meus dias mais felizes, me proporcionando momentos de loucuras, alegrias, amor e crescimento. São muitos e não ousaria citar nomes, se não pudesse ser de todos. Vocês sabem que eu amo todos e cada um de vocês.

Ao grupo Corpo por todos os momentos de aprendizado e alegria. Especialmente a Elisa, Lizandra, Rúbia e Wilson, por estarem sempre presentes e preencherem meus dias das mais diversas e maravilhosas formas.

Ao grupo que forma o Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA pelo profissionalismo e dedicação a educação.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB pelo financiamento à pesquisa.

OBRIGADA!

MACHADO, Aline Gomes. A Ginástica Como Prática Educativa na Bahia (1850-1920). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

O presente estudo faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na linha temática Educação, Cultura Corporal e Lazer. Nosso objeto de investigação é a ginástica como prática educativa na Bahia, numa perspectiva histórica. No século XIX houve um movimento de valorização da prática da ginástica com parte de uma sociedade modernizada, civilizada e higiênica, na qual se pretendia transformar o Brasil. Nessa conjuntura, configura-se como pergunta de estudo: quais as concepções pensadas para ginástica como prática educativa e a materialização de suas experiências nos espaços escolares de Salvador entre os anos de 1850 e 1920? Assim, temos como objetivo geral: compreender quais eram as concepções pensadas para a ginástica e a materialização da prática nos espaços escolares de Salvador no referido tempo histórico. Como objetivos específicos: analisar de que formas os ideais higienistas influenciaram as concepções pensadas para inserção da ginástica nos espaços escolares de Salvador; analisar as variáveis socioculturais que possibilitaram a construção das representações em torno da ginástica e a instauração da sua prática nos espaços escolares de Salvador; analisar as aproximações e distanciamento entre as concepções pensadas para a ginástica e sua materialização nos espaços escolares de Salvador. Para o desenvolvimento dessa pesquisa optamos pela perspectiva da Nova História Cultural. Nosso recorte temporal compreende o período de 1850 a 1920, haja vista ter sido, também, uma fase de construções legais e teóricas do modelo educativo e de um projeto de sociedade moderna e higiênica. Como fontes, utilizamos as teses da Faculdade de Medicina da Bahia; relatórios e documentos do governo; materiais de revistas e jornais publicados na Bahia com circulação em Salvador no período histórico demarcado na pesquisa. Como conclusão, apontamos uma reconhecida importância da ginástica como prática pedagógica, por parte da elite intelectual baiana, sobretudo dos médicos. Contudo, existiu grande distanciamento entre os ideais pretendidos e a materialização da ginástica como prática pedagógica.

Palavras-chave: Modernidade; Higienismo; Educação; Ginástica.

MACHADO, Aline Gomes. *Gymnastics as an Educational Practice in Bahia (1850-1920)* (Bahia, Brazil). Master Dissertation – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

The present study is part of the Postgraduate Program in Education (PPGE), from the Faculty of Education, Federal University of Bahia (UFBA), in the thematic line Education, Body Culture and Leisure. Our object of investigation is gymnastics as an educational practice in Bahia, from a historical perspective. In the nineteenth century there was a movement of appreciation of the practice of gymnastics as part of a modernized, civilized and hygienic society in which it was intended to transform Brazil. At this juncture, it configures itself as a question of study: What conceptions thought for gymnastics as educational practice and the materialization of their experiences in the school spaces of Salvador between the years of 1850 and 1920? Thus, we have as a general objective: To understand which conceptions were conceived for the gymnastics and the materialization of the practice in the school spaces of Salvador in said historical time. As specific objectives: To analyze in what ways the hygienist ideals influenced the conceptions thought for insertion of the gymnastics in the school spaces of Salvador; to analyze the sociocultural variables that allowed the construction of the representations around gymnastics and the establishment of their practice in the school spaces of Salvador; to analyze the approximations and distancing between the conceptions designed for gymnastics and their materialization in the school spaces of Salvador. For the development of this research we opted for the New Cultural History perspective. Our time-cut comprises the period from 1850 to 1920, since it was also a phase of legal and theoretical constructions of the educational model and of a modern and hygienic society project. As sources, we used the theses of the Faculty of Medicine of Bahia; reports and government documents; magazine materials and newspapers published in Bahia with circulation in Salvador in the historical period marked in the research. As a conclusion, we point out a recognized importance of gymnastics as a pedagogical practice by the Bahian intellectual elite, especially physicians. However, there was a great distance between the ideals and the materialization of gymnastics as a pedagogical practice.

Keywords: Modernity; Hygiene; Education; Gymnastics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CORPO	Cotidiano, Resgate, Pesquisa e Orientação
FAMEB	Faculdade de Medicina da Bahia
NHC	Nova História Cultural
PPGE	Programa De Pós-Graduação em Educação
UFBA	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1	Matérias do Ensino.....	50
Imagem 2	Aula Particulares.....	51
Imagem 3	Aulas Liceu.....	52
Imagem 4	Circo Equestre.....	53

Sumário

INTRODUÇÃO	11
2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE MODERNIDADE E O LUGAR DO HIGIENISMO	21
2.1 TRANSIÇÃO SOCIOECONÔMICA	21
2.2 OS SENTIDOS DE MODERNIDADE	24
2.3 O HIGIENISMO EM CENA	26
2.4 HIGIENISMO E EDUCAÇÃO	33
3 AS CONCEPÇÕES PENSADAS PARA GINÁSTICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA	37
3.1 ORIGENS E INSTAURAÇÃO DA PRÁTICA NO PAÍS	37
3.2 A GINÁSTICA NO DESEJO POR UMA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA DA BAHIA ..	40
4 ENTRE O DESEJO E A MATERIALIZAÇÃO	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

O século XIX representou um momento de mudanças significativas em diversos setores no Brasil. Fatos como a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, a Independência de Portugal em 1822, a Abolição da Escravatura em 1888, convulsões reformistas, surgimento das universidades, reformas da instituição pública e revoltas diversas, mudaram o cenário do país (MELO JÚNIOR, 2015).

No setor econômico, a grande novidade brasileira das primeiras décadas do período foi o surgimento da produção do café para exportação. A ampliação da produção cafeeira caminhou lado a lado com o aumento do hábito de consumir tal bebida entre as classes médias, cada vez mais numerosas nos Estados Unidos e na Europa. Segundo Fausto (1995), essa “seria uma característica importante das relações internacionais, que influenciaria profundamente a sociedade brasileira durante o século XIX e parte do século XX” (p.54).

A criação de estradas de ferro, bancos e companhias de navegação, atraíram a população, que em sua maioria vivia no campo, para as cidades, aumentando significativamente a aglomeração de pessoas nas principais capitais brasileiras. Tal fato trouxe impactos relativos à saúde e à higiene, como precariedade da coleta de lixo e dos sistemas de abastecimento de água e saneamento básico; condições miseráveis de habitação; hábitos morais e higiênicos questionáveis; péssimas condições de trabalho e alimentação. Tornou-se, também, mais expressivo o desemprego, a miséria e uma chamada ‘malandragem’¹. Todas essas características formavam um ambiente ambíguo e conflituoso no país.

Lajolo (2001) afirma que o Rio de Janeiro, principal cidade e capital do país a época, era uma cidade heterogênea. Ao mesmo tempo em que se viam mansões e palacetes, existiam bairros miseráveis². Na Rua do Ouvidor³ podiam-se encontrar as últimas novidades de Paris, mas a febre amarela e a varíola, periodicamente dizimavam a população pobre. Uma aristocracia culta e exigente povoava os salões e os espetáculos de ópera, enquanto o desemprego empurrava milhares de pessoas

¹ No Brasil a origem de um certo sentido de malandragem está ligada às camadas negras e pobres da população, que no século XIX, em sua maioria, assumiam trabalhos temporários e, frequentemente, substituíam pelo ócio e pela vadiagem, até como forma de “mascarar” as más condições de vida. Para mais informações ver Venceslau de Sousa (2008).

² Tal como no momento atual.

³ Rua localizada no Centro do Rio de Janeiro. Liga o Largo de São Francisco à Rua 1 de Março.

para uma vida incerta de pequenos trabalhos avulsos, quando não para o baixo meretrício e a malandragem e nos cortiços, a fome e a miséria devastavam a população. Sendo no período o Rio de Janeiro uma vitrine nacional, todo esse estado de coisas ecoava por várias cidades do país.

Em Salvador, cenário deste estudo, todas essas mudanças e condições sociais aconteceram segundo as peculiaridades locais do estado e seu processo histórico. Leite (1996) assegura que em terras baianas, mesmo com o passar do tempo, figurava um sentimento de abandono e mesmo, um ressentimento, ocasionados pela transferência da capital do país para o Rio de Janeiro. A este aspecto se somavam outros, como: uma grande parte da população recém-liberta da escravidão, com dificuldade de ser absorvida por uma sociedade com marcas arraigadas de preconceitos, vivendo em péssimas condições de vida; um quadro sanitário extremamente precário e ainda, as epidemias de febre amarela e cólera de 1850 e 1855. Tais fatores acabaram por tornar o desenvolvimento desse estado bastante peculiar.

Sobre as condições sanitárias da capital do estado, Tavares (2001) elucida que Salvador era uma cidade sem nenhum tipo de cuidado com o esgoto e estava sempre suscetível a moléstias infectocontagiosas, que atacavam sua população e, especialmente a camada negra e pobre eram as mais massacradas pelas epidemias que tomavam a cidade, já que eram as mais expostas às situações de risco, de má higiene.

Toda essa conjuntura gerou motivações e aspirações por uma modernização, mesmo que não fosse este um sentimento homogêneo ou hegemônico. Melo (2013) nos mostra que, de uma forma 'tensa e confusa', a adesão ao ideário e imaginário modernos, apresentaram modelos de comportamentos para os homens, tanto no que se refere à exposição corporal quanto no tocante às atitudes deles esperadas.

Nesse sentido, os discursos idealizadores de modernidade influenciaram as práticas cotidianas, de um modo geral. Segundo Martins (2008, p.134) *apud* Rocha Junior e Santos (2015, p.22): "urgia civilizar o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liderados pelo hemisfério norte".

Sobre a modernidade, e busca por ela no Brasil e especificamente sobre a Bahia, Rocha Junior assevera (2013) que:

... ela é ambígua, já que seus mecanismos de execução e vivência são repletos de incongruências internas, gerando ao mesmo tempo ganhos e perdas, apoio e revolta, criando o novo e destruindo o chamado “velho”, ou seja, são duas leituras de uma mesma realidade. Na cena mundial e também brasileira. O afã pela modernidade se deu a partir das elites, sem diálogos com os populares, para atender seus gostos e desejos. Dessa forma, a modernidade e seus “benefícios” deveriam acontecer, mesmo que levasse dificuldades às classes populares, vistas como um “entrave” aos seus adventos. Assim, a cidade deveria se afastar de qualquer marca que a ligasse ao rural, já que a modernidade era essencialmente urbana, letrada, científica e lógica (p104).

Dessa forma, a camada ‘letrada, científica e lógica’ brasileira dirigiu o projeto de modernidade. Dentre as estratégias e elementos que formaram este processo, o conhecimento científico teve papel de destaque. A ciência tornou-se fundamental por, pretensamente, apresentar caminhos objetivos para solucionar os problemas sociais, especialmente a ciência médica.

Souza e Barreto (2011) explicam como à abertura das primeiras escolas médicos-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro deflagraram um processo irreversível de institucionalização das ciências no Brasil, protagonizando em diversos momentos, projetos (alguns vitoriosos, outros rejeitados) que influenciaram a sociedade de um modo geral, uma vez que o desenvolvimento do saber médico estava voltado às demandas sociais da época, e visava não só solidificar posições no cenário acadêmico, como também garantir a prática do conhecimento em circulação na academia.

Na Bahia, o processo de modernização conviveu entre o desejo de modernidade e a expectativa de resgatar o poder que possuía no Brasil colonial. “Via-se um apelo ao seu passado de “glória” e isso, acontecia pelo fato da Bahia se considerar “injustiçada” no novo cenário nacional” (ROCHA JUNIOR, 2013, p.102). Se existia um olhar pelo retrovisor, na busca de retomar um pretense poder, se dava também um discurso de desenvolvimento, que tinha como referência, modelos científicos. A esse respeito Almeida e Sá (2012) expõe:

O discurso de desenvolvimento na “Cidade da Bahia⁴” do século XIX e meados do século XX, assentava-se igualmente no pressuposto de que a ciência possuía uma preposição especial para promover

⁴ O termo “Cidade da Bahia” foi utilizado para se referir a Salvador, capital do estado da Bahia, principalmente durante o século XIX e início do século XX. Atualmente, em menor grau, ainda é um recurso utilizado principalmente por pesquisadores, como: Almeida e Sá (2012), Risério (2004) e Tavares (2001).

desenvolvimento. A ciência configura-se como ‘um quê a mais’ que caminha para o processo civilizatório. Quem se embebe dela, pois, superioridade moral e material, derivada do disciplinamento do temperamento, segundo o que defendia no período, seguiria firme em direção ao progresso (p.11).

Neste cenário nacional e baiano, um dos instrumentos constituintes do ideal de modernidade ficou conhecido como Movimento Higienista, que tinha como personagens principais os médicos e sua atuação voltada para a cidade e suas mazelas.

A atenção dada pelos higienistas às questões relativas à saúde da população colocava a ocorrência de diversas doenças, e por vezes surtos dessas, como consequência de diversas variáveis: “como, por exemplo, as desigualdades econômicas; as precárias condições habitacionais; o alcoolismo; a má alimentação; a falta de exposição à luz solar; e o corpo fraco por falta de exercício físico” (GOIS JUNIOR, *et al*, 2014, p.275).

Lembremos-nos das já ditas condições insalubres das cidades brasileiras oitocentistas: o saneamento básico precário ou inexistente, os surtos frequentes de doenças infectocontagiosas, males que o higienismo buscava combater através de melhorias concretas na estrutura física das cidades e na mudança de hábitos das pessoas, a fim de tornar a sociedade organizada, higiênica e moderna.

Dentre as estratégias elaboradas para atingir a higiene necessária, os higienistas reconheciam a importância de uma educação que se enquadrasse nos objetivos desse movimento. Objetivos esses que não se restringiam ao controle das variáveis físicas, biológicas, mas que também buscavam uma retidão moral, uma disciplinarização necessária para atender as demandas sociais da época. Assim, os higienistas indicavam quais medidas deveriam ser tomadas pela população e governo, inclusive nas instituições escolares. Contando com o apoio de articulistas, apontavam como elemento basilar para formar o homem higiênico, o cuidado com o corpo, onde a prática de atividades físicas possuía fundamental importância. Dentre elas, a ginástica aparecia como a prática diletta.

Neste sentido, Gois Junior (2013) expõe como o cuidar do corpo se estabeleceu como uma norma moral, tornando uma educação corporal, mais do que tudo uma educação moral, onde a Ginástica e a higiene se estabeleciam como ferramentas privilegiadas para o trato com o homem no século XIX. Os discursos

voltavam-se, então para a prática da ginástica como instrumento capaz de fornecer os idealizados objetivos dessa sociedade modernizada, civilizada e higiênica.

Mas afinal de que ginástica estamos falando? A ginástica não surgiu neste momento, muito menos foi criada a fim de atender aos objetivos higienistas e moralizadores. Existem referências à prática de ginástica desde a antiguidade. Contudo, aqui falamos da prática mobilizada pela comunidade médica que, até então, era majoritariamente encarada do ponto de vista do espetáculo, a ginástica circense.

A este respeito, Melo e Peres (2014) expõem:

Os exercícios gímnicos não apenas integram as atividades circenses como o circo foi um dos pioneiros e principais espaços de difusão da prática, ainda que, a partir de determinado momento, tenha-se questionado essa “ginástica-espetáculo”, notadamente por parte daqueles que defendiam uma ideia “científica” de atividade física, que servisse aos intuítos de controles, disciplina e desenvolvimento de hábitos higiênicos (p.38).

Apesar de esta ter sido, também, uma forma de entrada da ginástica no país, falamos aqui de um conjunto de práticas sistematizadas e metódicas, associadas ao controle e racionalidade do corpo. Os chamados métodos ou escolas de ginástica que se instalaram no país tiveram suas origens na Europa. Resguardando as peculiaridades e singularidades culturais, políticas e sociais brasileiras, presentes no século XIX, não apenas a execução da prática, mas os objetivos e pretensões relativas às atividades gímnicas se assemelhavam às escolas europeias e nessa lógica, Soares e Moreno (2015) explicitam:

Os métodos ou escolas de ginástica nascem e se desenvolvem juntamente com a constituição dos Estados nacionais e participam, de certo modo, de sua identidade. Essa seria uma das razões para que França, Suécia e Alemanha, lugares importantes desse modo mais sistematizado de educar o corpo. A particularidade que deseja guardar a nação de origem cede espaço para finalidades muito semelhantes, pois os problemas que esse modo de tratar o corpo buscava resolver também se voltavam para a melhoria e prevenção da saúde, a força de vontade, o desenvolvimento do caráter e a energia de viver (p.109).

No Brasil, a ginástica caminhava em sentido próximo de preparação do cidadão. Os propósitos conferidos à prática metódica se tornaram mais expressivos com o passar do século XIX, demarcando que a ginástica valorizada era aquela cujos princípios básicos seriam a disciplina, a saúde e a higiene, distanciando-a da

prática gímnica circense, a ginástica-espetáculo. Era preciso uma ‘ginástica científica’ que se enquadrasse nos ideais modernizadores e higiênicos, que apresentasse caminhos para resolver as mazelas sociais que se circundavam todo país.

Nesse sentido, o Brasil, sob o prisma do higienismo, esforçando-se para acompanhar o desenvolvimento dos países do continente europeu, adotava muitas de suas práticas culturais e educacionais como símbolos de modernidade. Se na Europa a ginástica era parte da educação oferecida pelos principais colégios, no Brasil essa prática deveria também ser utilizada num sentido semelhante.

De acordo com Melo (2007), antes da metade do século XIX, já era possível encontrar no país uma série de iniciativas de ensino e prática da ginástica. Os instrutores eram normalmente militares que ministravam sessões no interior de suas escolas específicas, ou no ensino da cidade, e imigrantes que traziam dos países europeus o hábito da prática de atividades físicas, como forma de manutenção da saúde e controle moral e o mesmo, se dava na Bahia. Em exemplo disso, em 08 de novembro de 1877, temos um anúncio no jornal O Monitor afirmando que “a gymasntica⁵, senhores, é essa educação forte que ensina a criança a vencer a si própria, o não succumbir nas dificuldades, a obedecer ao preceito, e sentido livre a fazer-se escrava do dever” (s.p.).

Se os discursos de médicos e articulistas apontavam a importância de uma ginástica que atendesse à higiene, a realidade concreta nem sempre atendia completamente a este ideário. Melo e Peres (2016), ao analisarem a prática da ginástica no Colégio Abílio⁶ no Rio de Janeiro afirmam que nem sempre este ideal ‘gímnico-higiênico’ materializava-se *ipsis litteris* no cotidiano escolar, não só porque a ginástica era ressignificada pelos alunos a partir de suas necessidades concretas, como porque os próprios dirigentes faziam outros usos da prática, a partir de seus interesses específicos.

Levemos em consideração o fato da educação, neste período, ser restrita a uma pequena parcela da população. Na Bahia, o

Diretor-geral da Instrução em 1881, Romualdo Maria de Seixas Barroso registrou que havia 21.626 alunos matriculados em todas as

⁵ Optamos por manter a grafia original das fontes.

⁶ Colégio criado, no Rio de Janeiro em 1871, pelo médico cirurgião baiano Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas.

escolas da Bahia, contraste imenso com a população de um milhão e meio de habitantes (TAVARES, 2001, p.271).

Tais dados nos levam a refletir sobre os alcances concretos dessa ginástica tão desejada e incentivada por médicos, articulistas e defensores do higienismo nesta época, contrastando as aproximações e distanciamento entre as representações e a prática da ginástica nas escolas.

Diante da conjuntura exposta, nosso estudo delimita com tema: a construção da Ginástica como prática educativa em Salvador (1850-1920). Entendemos que esta prática, no que se refere ao seu papel na formação humana no Brasil, passou por diferentes proposições. Assim, apontamos nossa pergunta de estudo: quais as concepções pensadas para ginástica como prática educativa e a materialização de suas experiências nos espaços escolares de Salvador entre os anos de 1850 e 1920?

Nessa linha, temos como objetivo primeiro compreender quais eram as concepções pensadas para a ginástica e a materialização da prática nos espaços escolares de Salvador entre os anos 1850 e 1920.

Acreditando na importância de estratégias auxiliares, pensamos como objetivos específicos para o desenvolvimento da pesquisa:

- Analisar de que formas os ideais higienistas influenciaram as concepções pensadas para inserção da ginástica nos espaços escolares de Salvador;
- Analisar as variáveis socioculturais que possibilitaram a construção das representações em torno da ginástica e a instauração da sua prática nos espaços escolares de Salvador;
- Analisar as aproximações e distanciamento entre as concepções pensadas para a ginástica e sua materialização nos espaços escolares de Salvador.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa optamos pela perspectiva da Nova História Cultural, pois a mesma se encaixa na visão ontológica que possuímos do fazer científico. Buscando distanciar-se da chamada História Tradicional, a Nova História Cultural, dentre outras coisas, tem um enfoque totalizado do objeto de investigação, na busca não só das aparências, mas de todo o desenrolar do objeto investigado, pretendendo conhecer e compreender a realidade como práxis, como explica Pires (2007).

A Nova História Cultural, como conceitua Burke (2008), além de ampliar os horizontes de diálogos da história para com outras áreas, como a sociologia, antropologia, psicologia, passa a enxergar novos objetos de pesquisa, novas fontes, novas formas de se fazer história. Uma dessas ‘novidades’ deste método, apresentadas por este mesmo autor, é ver nas “práticas” um lugar rico de pesquisa:

“Práticas” é um dos paradigmas da NHC⁷: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica. Graças a essa virada em direção às práticas, a história do Esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada (BURKE, 2008, p.78).

Esta realidade não apenas amplia os horizontes da pesquisa histórica, mas também dá legitimidade a temáticas que, até então, eram marginalizadas ou inexistentes. Segundo Melo (2013), este novo quadro conceitual e metodológico imerso no conjunto de reflexões da Nova História Cultural, delineia um campo de investigação ao redor das práticas corporais, colocando a história do esporte, que antes era tema de amadores, na condição de profissionalizada, dando legitimidade às pesquisas na área.

Além da visibilidade dada as práticas, a NHC trabalha com a noção de representação, que está associada a uma dada forma de construção simbólica, uma forma de ver o mundo e o objeto de pesquisa. Sendo assim, entendemos que a NHC “considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles” (CHARTIER, 1991, p.177), comporta a conjuntura teórico-metodológica que desenvolvemos o estudo em torno da Ginástica na Bahia.

Nosso recorte temporal compreende o período entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, haja vista ter sido, também, uma fase de construções legais e teóricas do modelo educativo, de um projeto de sociedade moderna e higiênica. Neste sentido, asseguram Del Priore e Amantino (2013) que, se o debate sobre a importância de atividades físicas, como a ginástica, tendo em conta o desenvolvimento de hábitos higiênicos e disciplinado já exista desde o momento da independência, foi mesmo a partir de meados do século XIX que a ideia começou a se concretizar, se estendendo até as décadas iniciais do

⁷ Nova História Cultural.

século XX. Assim, na esteira desse pensamento, delimitamos o marco temporal da pesquisa.

Outra novidade da Nova História Cultural é sobre o tipo de fontes que se utiliza como instrumento de pesquisa. Se na História Tradicional apenas os documentos oficiais são considerados, a NHC desestabiliza este conceito e traz os materiais que relatam o cotidiano para o contexto da pesquisa, como: artefatos arqueológicos, construções arquitetônicas, manifestações culturais, relatos orais, filmes, revistas, fotografias, jornais. Sobre este aspecto, Burke (1992) afirma assim: “Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes” (p.25). Nesse contexto, temos como fontes: materiais de revistas e jornais publicados na Bahia, com circulação em Salvador no período histórico demarcado na pesquisa; relatórios e documentos do governo do estado, além das teses da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB)⁸.

A relevância da pesquisa se configura em torno de contribuir para consolidação dos estudos que pretendem discutir a ginástica na sua perspectiva histórica. Uma vez que, apesar do reconhecimento desta prática como elemento importante para forjar um modelo de homem no conjunto de mudanças relacionadas ao projeto de nação idealizado no período histórico referido, no campo da educação, ainda encontramos a necessidade de mais estudos voltados à temática no país. Essa realidade é ainda mais acentuada no que se refere à Bahia, quer considerando o estado local de produção acadêmica, de estudos correlatos, quer seja cenário de pesquisas, nesta área.

A aproximação com a temática da pesquisa, e interesse no desenvolvimento da mesma, se deu durante o processo formativo da graduação. O contato com a História da Educação Física e do Esporte criou um encantamento pela área que, posteriormente, viria a se potencializar com o descobrimento da ginástica e das suas possibilidades inúmeras como instrumento pedagógico durante todo processo histórico brasileiro. Assim, atividades outras desenvolvidas durante o curso de graduação potencializaram o desejo por trilhar este caminho, que passou a ser

⁸ Apontamos, aqui, uma dificuldade na realização da pesquisa no que diz respeito às fontes. Encontrar fontes que apresentassem informações sobre o cotidiano das escolas foi extremamente difícil, o que, de certa forma, impactou no resultado final do estudo. Isso se deve ao descuido na preservação e cuidado com fontes históricas, uma realidade no país que se torna ainda mais gritante em Salvador.

construído desde então. Além do objeto e da metodologia da pesquisa se encaixarem na linha temática do grupo de pesquisa a qual me encontro inserida, o grupo CORPO⁹.

Diante do exposto, cabe agora apresentar a estrutura da pesquisa que aqui se expõe. Na introdução, também primeiro capítulo da dissertação, situamos o objeto da pesquisa dentro da conjuntura teórica inicial; apontamos o caminho metodológico escolhido, bem como as justificativas e relevância do estudo.

No capítulo II, **A Construção do Projeto de Modernidade e o Lugar do Higienismo**, discutimos aspectos da conjuntura social do Brasil e Bahia no período que se configura entre meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, dando atenção maior ao projeto de modernidade e ao movimento higienista que, como foi apresentado, propiciou a criação de um discurso que deu lugar de destaque à ginástica na formação educacional do povo brasileiro e baiano.

No capítulo III, **As Concepções Pensadas Para A Ginástica Como Prática Educativa na Bahia**, voltamos nosso olhar para o movimento ginástico em si. Buscamos sua construção histórica, origens, sentidos e objetivos, de um modo geral, bem como sua instauração no Brasil, a partir das influências europeias. Bem como as representações para a ginástica como prática educativa em Salvador.

No capítulo IV, **Entre o Desejo e a Materialização**, nos debruçamos sobre fontes que apresentação a realidade educacional da cidade de Salvador, tentando perceber as aproximações e distanciamentos dos discursos médico e de intelectuais baianos e a concreta materialização da ginástica no cotidiano escolar. Por fim, fechamos o estudo com as considerações a partir das análises feitas.

⁹ O grupo CORPO (Cotidiano, Resgate, Pesquisa e Orientação) faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na linha temática Educação, Cultura Corporal e Lazer.

2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE MODERNIDADE E O LUGAR DO HIGIENISMO

A construção do projeto de modernidade no Brasil e em Salvador, local da pesquisa, teve uma relação de simbiose com o movimento higienista, no século XIX. Assim, as mudanças nos diversos aspectos da sociedade brasileira ora influenciam, ora foram influenciadas pelo discurso higienista. Logo, neste capítulo discutimos aspectos da conjuntura social do Brasil e Bahia no período que se configura entre meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, dando atenção maior ao projeto de modernidade e ao movimento higienista que propiciou a criação de um discurso que deu lugar de destaque à ginástica na formação educacional do povo brasileiro e baiano.

2.1 TRANSIÇÃO SOCIOECONÔMICA

Em meados do século XIX e início do século XX, um fluxo de influências externas atingiu o Brasil, ocasionando, de um modo geral, mudanças impactantes na sociedade. Imerso num novo dinamismo no contexto da economia internacional, o país, que até então possuía características predominantemente coloniais, via a necessidade de modificações que o colocasse no grupo dos países modernos com os quais passava a estabelecer maior vínculo. Então, civilização e modernidade convertiam-se em palavras de ordem; viravam instrumentos de batalha, além de fotografias de um ideal alentado (LAROCCA, 2009; COSTA e SCHWARCZ, 2000).

Para maior compreensão dessa conjuntura, tomemos como ponto de partida a chegada da Corte Portuguesa no Brasil em 1808. A partir desta data, o que antes era proibido e indesejável passou a ser implementado: como a Abertura dos Portos e um decreto real determinando que fábricas, antes proibidas, fossem criadas em alguns pontos do Brasil. Tais medidas podem ser encaradas como o ponto de partida do processo de transição de uma economia, majoritariamente, rural-agrícola para uma urbano-industrial, como indicam Lutosa (2008) e Soares (2000). Mas, foi mesmo a partir de meados do século XIX que as modificações mais concretas, no sentido da industrialização, começaram a acontecer.

Até 1850, os investimentos nas indústrias nacionais eram tímidos, incipientes. Essa cena começou a se modificar e intensificar o caráter industrial do país,

também, a partir da assinatura da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de escravos. Azevedo (2016) assevera dois impactos da assinatura desta lei, que impulsionaram esta fase que chama de “Implementação” industrial no Brasil:

Os capitais que eram aplicados na compra de escravos ficaram disponíveis e foram aplicados no setor industrial. A cafeicultura, que estava em pleno desenvolvimento, necessitava de mão de obra. Isso estimulou a entrada de um número considerável de imigrantes, que trouxeram novas técnicas de produção de manufaturados e foi a primeira mão de obra assalariada (organizada) no Brasil. Assim, esses trabalhadores vindos de fora constituíram um mercado consumidor indispensável ao desenvolvimento industrial, bem como força de trabalho especializada (p.14).

Com o passar dos anos, o setor industrial caminhou no sentido de se organizar e aumentar o número de indústrias. Foi então, que em 1880 aconteceu o que ficou conhecido como o primeiro surto industrial brasileiro, quando a quantidade de estabelecimentos passou de 200, em 1881, para 600, em 1889. Surgiram várias fábricas, de variados produtos, como: chapéu, sabão, tecido. Em 1907 foi realizado o 1º Censo Industrial do Brasil, indicando a existência de pouco mais de 3.000 empresas. O 2º Censo, em 1920, mostrava a existência de mais de 13.000 empresas, caracterizando um novo grande crescimento industrial nesse período, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, quando surgiram quase 6.000 empresas, como aponta Azevedo (2016).

Foi também neste período, como indica Matos (2012), que se deu a formação de mercados importantes para bens industriais importados, a exemplo do eixo Rio-São Paulo (apoiado na cafeicultura), a faixa litorânea nordestina, com sua agroindústria canavieira; e cidades do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande), sustentadas pela agropecuária voltada para o abastecimento do mercado interno.

Nessa conjuntura, não podemos entender o processo de industrialização como um movimento linear e de abrangência igualitária por todo país. Os estados brasileiros experimentaram esse pleito de maneiras próprias, a depender da sua realidade. Por exemplo, São Paulo, atual potência econômica nacional, na primeira metade do século XIX pouco se diferenciava da vila e cidade dos tempos coloniais. Realidade que muda drasticamente a partir da segunda metade do mesmo século, em consequência da expansão cafeeira, da multiplicação das estradas de ferro e do surto da imigração europeia. A partir dos textos de Lopes (1973), vemos que em

“1901 o número de operários paulistas elevava-se a um número superior a 50.000 entre homens, mulheres e crianças, quase em sua totalidade italianos” (p.58).

No estado da Bahia, cenário deste estudo, a economia era basicamente agrária-mercantil, tendo seu pioneirismo industrial apenas na última década do século XIX com Luís Tarquínio que “idealizou construir fábricas de tecidos com as melhores máquinas e técnicas existentes na Europa” (TAVARES, 2001, p.366). As principais fábricas do estado possuíam juntas, 1.630 funcionários nos anos iniciais do século XX, se concentrando na produção de produtos como açúcar, cigarro, charutos e chinelos.

A Bahia passou a viver uma realidade muito aquém da pretendida para o estado que outrora estava entre as principais forças constitutivas da nação brasileira. Salvador e o Recôncavo Baiano que figuraram na cena da produção açucareira no país, na virada do século, viram-se opacos frente aos outros estados, já não sendo sequer, o principal centro brasileiro de exportação de açúcar, tendo de assistir Rio de Janeiro e Pernambuco ganharem importância.

Sobre este movimento na economia baiana, escreveu Risério:

... a Bahia não conseguia se formar. Fazer-se região ou núcleo industrial. E o estranho é que, de início, a Cidade da Bahia e seu Recôncavo estiveram na vanguarda técnica do Brasil. Nossa agroindústria açucareira não nasceu defasada. Empregava os procedimentos tecnológicos mais avançados da época. Mais tarde, é certo, perdemos o passo. Mas para tentar reencontrá-lo adiante. A última década do século XIX presenciou um esforço de modernização, com a implantação de grandes usinas com turbinas centrífugas, equipamentos comprados de fornecedores ingleses, aqui representados por um certo Penley Cox. O problema é que a sorte do açúcar já estava selada, em decorrência da perda de seu mercado internacional. E não conseguimos consolidar um parque industrial extra-açucareiro (2004, p.460).

Nesse contexto, podemos perceber como o estado vivenciou um processo lento e confuso de desenvolvimento industrial em relação as demais localidades brasileiras. O porquê disso, ou os porquês, Tavares (2001) afirma que são múltiplos e complexos, sendo possível observar que começaram nas condições socioeconômicas do estado da Bahia, na continuidade do complexo contraditório trabalho assalariado e trabalho semiescravo e na manutenção da grande propriedade de terra; a falta de capital industrial e o predomínio de capitais comerciais, com a velha prática de agiotagem. Além destes, outros fatores

apontados, são: uso de energia a vapor, quando já existia energia elétrica; teares e fusos antiquados; caldeiras, rolos-moedas e turbinas centrífugas velhas e defeituosas; falta de mão-de-obra treinada; vias de comunicação deficientes; mercado interno pobre e sem dinheiro, enfim, “faltaria capacidade empresarial – “tirocínio industrial” e “espírito de iniciativa a indústria” [...] – aos homens ricos da terra” (RISÉRIO, 2004, p.463).

A compreensão desse processo econômico brasileiro se faz necessária, pois os impactos gerados reverberaram em toda estrutura sociocultural do país, que acabou passando por transformações amplas, complexas e profundas. Neste sentido, atentar para o lento movimento de industrialização da Bahia, em cotejo as principais capitais brasileiras, é uma tentativa não de comparação hierarquizante, mas segue no intuito de salientar uma característica importante que viria a compor o peculiar processo histórico deste estado.

2.2 OS SENTIDOS DE MODERNIDADE

Essa conjuntura de transição para uma sociedade urbana e industrial aumentava, de certa forma, as relações com outros países que, fator que além de impactar e impulsionar a economia nacional possibilitava o trânsito cultural, de ideias, de conhecimento. Ao se projetar o cenário dos ditos países civilizados, desenvolveu-se “um sentimento de que, no Brasil, as ideias e práticas culturais estariam, em geral, fora do lugar” (OLIVEN, 2001, p.04). Era preciso formar uma nova sociedade, não apenas no que dizia respeito as modificações no setor econômico, mas também, era preciso colocar o Brasil no modelo de cultura, civilidade, modernidade dos outros países.

Então, os discursos da elite brasileira, ainda que não fossem de forma homogênea, hegemônica, passaram a objetivar a modernização do país. Entendemos que se fazia urgente, para esse estrato da população, reverberar no país as mudanças que se davam, de maneiras diferentes, em outras nações, era preciso elevar o Brasil a condição de uma nação que se queria moderna. O ideal de modernidade seguia na tentativa de organizar, disciplinar, civilizar o país que se via, de um modo geral, mergulhado num sentimento de insegurança e de descontrole. Espelhar-se nas civilizações europeias parecia o caminho para a salvação.

O movimento da modernidade, digamos assim, carregava consigo a busca pela verdade, com base na razão, na cientificidade. Neste sentido, a ideia de modernizar assentava-se no pressuposto de que a ciência possuía uma preposição especial para promover o desenvolvimento e configura-se como ‘um quê a mais’, que caminhava para o processo civilizatório. Este período ficou conhecido como a “era da *sciencia*” (SÁ e ALMEIDA, 2012; COSTA e SCHWARCZ, 2000). Contudo, estamos falando de um Brasil com a maioria da população iletrada, fora desta pretensa cientificidade. Logo esse projeto civilizador construiu-se sob o domínio de uma pequena elite que ditava os caminhos a serem seguidos por toda população, de forma verticalizada e até autoritária.

Neste sentido, Rocha Junior assevera (2013), sobre a modernidade, que:

Ela é ambígua, já que seus mecanismos de execução e vivência são repletos de incongruências internas, gerando ao mesmo tempo ganhos e perdas, apoio e revolta, criando o novo e destruindo o chamado “velho”, ou seja, são duas leituras de uma mesma realidade. Na cena mundial e também brasileira (p.104).

No processo conflituoso em que se configurou a modernização brasileira, podemos resumir as aspirações das elites com referências à civilização, como indica Leite (1996) em: 1) atitudes racionalizadas, moralizadas e cultas dos indivíduos; 2) adoção de padrões culturais europeus; 3) reformas que permitissem a implantação de uma nova estética e a introdução de modernas tecnologias e embelezamento das cidades. Essas foram as ideias que circularam nos principais estados do país, neste momento histórico.

A modernidade valoriza, acima de qualquer outro, o projeto de sociedade ideal. Portanto, a capacidade intelectual superior humana passa a ser percebida como meio de aperfeiçoamento da sociedade, o qual deveria ocorrer de acordo com essa mesma ordem racional, na sucessão dos eventos encadeados por uma relação causal, em que cada um deles é consequência do anterior (MCLUHAN, 2017, p.21).

Neste sentido, a camada ‘letrada, científica e lógica’ brasileira dirigiu o projeto de modernidade. Dentre as estratégias e elementos que formaram este processo, o conhecimento científico, especialmente a ciência médica, teve papel de destaque por, pretensamente, apresentar caminhos para solucionar os problemas sociais.

Na Bahia, o processo ambíguo e conflituoso de modernização foi mais peculiar, pois o desejo de modernidade convivia com a expectativa de resgatar o

poder que possuía no Brasil colonial. Esta realidade reafirmava a lentidão das transformações do estado. Rocha Junior (2013, p.102) afirma que a capital do estado, Salvador, “estava presa a uma lógica econômica que se não impedia, certamente limitava as aspirações por um maior crescimento, pelo progresso”.

Se essa conjuntura retardou as transformações no estado e limitou a aceitação dos ideais modernos, não significa dizer que o desejo pela modernização não estava presente num segmento da sociedade baiana. Podemos dizer que médicos e articulistas se encarregavam de disseminar as ideias modernizadoras, na tentativa de superar este ‘atraso’ na compreensão da sociedade baiana.

Em uma matéria publicada em 01 de agosto de 1872, no periódico O Acadêmico: Periódico Dedicado à Medicina e à Litteratura, podemos sentir este chamamento no sentido da modernização: “a torrente do progresso nos arrasta; a voz do século, que retumba no grande proscenio da vida, nos mandar caminhar [...] Ao trabalho, pois!” (p.01).

Lembremos que uma sociedade nova, moderna que se pretendia, deveria ser composta por um novo indivíduo, consciente do seu papel social e que cumprisse os rituais necessários para exercer sua função. Em exemplo disso, temos a conclusão do Dr. José Antonio de Freitas Junior, que após refletir sobre a influencia do estado social na produção das moléstias afirma “que da Sociedade, e para a Sociedade nascemos, que n’ella encontramos o óleo de nossa existência” (1853, p.16).

Este ‘caminho do progresso’, de construção de um ‘novo homem’ vai pouco a pouco se configurando segundo os preceitos médico-higienista. Assim, indicações de mudanças, tanto no que diz respeito à estrutura material da sociedade, quanto no que toca aos hábitos e costumes, foram sendo construídas a partir deste grupo, ou ao menos, se tentou.

2.3 O HIGIENISMO EM CENA

A transição socioeconômica e o tom de desenvolvimento econômico de um segmento da sociedade acabaram por configurar um ambiente conflituoso, ambíguo e desigual nas cidades brasileiras. A industrialização ocasionou um movimento de inchaço das cidades que possuíam, em sua grande maioria, características coloniais, sem estrutura adequada para comportar, de forma satisfatória, um

aumento significativo da população urbana, gerando problemas de ordem estética e higiênica.

Nesse sentido, Pinheiro (2011), reafirma que nas cidades industrializadas, ou em processo de industrialização ocorreu um crescimento desmensurado e sem controle, potencializando um cenário de epidemias e de revoltas. Enquanto um grupo vivenciava os benefícios do capital, outro, que configurava a grande maioria da população, compunha a cena de infortúnios do país.

Na Bahia, enquanto o grupo que dominava a exportação e a atividade mercantil usufruía do esplendor da riqueza, o grande contingente populacional permanecia na dura realidade da pobreza. A esse respeito Risério (2004) nos diz que a miséria foi, sem dúvida, um aspecto saliente e cruel da vida baiana no século XIX, em grande parte, como consequência da pouca flexibilidade à incorporação da mão-de-obra dos recém-libertos da escravidão. Aumentava o número de homens livres, mas estes não foram absorvidos em empregos remunerados, colocando-os numa condição de miséria e mendicância.

Como exemplo, encontramos em Barreto e Souza (2011) a afirmação de que Salvador era uma cidade enferma, com taxas de morbidade e mortalidade muito elevadas: “doenças como a desinteria, a difiteria, a febre tifoide, a malária, varíola acometiam os soteropolitanos com frequência assumindo caráter quase endêmico” (p.49).

O que se constituiu foi um cenário de caos e insalubridade, o que é muito distante do ideal de sociedade moderna e civilizada que se pretendia. Lembremos que a imagem de uma sociedade civilizada estava centrada na estética, na higiene, na ordem. Era preciso, então, mudar essa realidade e dentre os elementos integrantes do projeto de modernidade, o higienismo assumiu protagonismo. Esse papel de referência do discurso higienista no processo de progresso do país justificava-se pelo pretendido triunfo da ciência, em especial da ciência médica.

Na Bahia, a criação da Faculdade de Medicina marcou um período de cientificidade do estado que se industrializava, urbanizava e modernizava (no nível ideário, ao menos):

Por tudo isso, pode-se afirmar que o contexto mais propício ao empreendimento das reformas modernizadoras que atingiram a “Cidade da Bahia” de meados do século XIX ao início do século XX, foi aquele que teve início tão logo foi implantada a Faculdade de Medicina da Bahia dado que, com a instalação dessa instituição

impõe-se um novo regime de verdade – o regime científico (SÁ e ALMEIDA, 2012, p.14).

Assim, o discurso médico iria figurar no movimento de modernidade baiano, articulando o progresso, a necessidade de higiene. A exemplo disso temos a fala de Mathias de Campos Velho, na tese apresentada para conclusão do curso na Faculdade de Medicina da Bahia em 1886, aonde afirma que a higiene

esta quasi sempre em razão directa com a civilização de um povo e constitue fonte de riqueza, porque concede dous thesouros preciosos, a saude e a ordem (p.70).
o homem civilisado tem sempre em vista: a hygiene geral (p.67).

Campos Velho segue afirmando que alguns lugares da cidade merecem mais atenção, como a Freguesia da Sé. Ele elucida que a criação de uma praça livraria as epidemias recorrentes nas cidades e assegura que deveria construir tais praças em vez de igrejas. “Temos aqui mais de cem igrejas, si se demolisse uma teríamos ainda muitas” (p.65).

Já Luiz de Oliveira Almeida, na tese intitulada Hygiene dos Pobres, reforçava a ideia do higienismo como caminho para o progresso, ao atentar para a necessidade de cuidados com a saúde dos pobres, “do mesmo modo que os seus co-irmãos dos países adiantados, com a sua hygiene, base de todo progresso humano” (1908, p.48).

Neste ponto, faz-se necessário discutir a abrangência e o sentido da higiene nesse período histórico. Sem dúvida, o chamado projeto higienista estava voltado para a saúde, mas não limitava (nem bastava para atingir os pretensos objetivos) a sua atenção e ação a esta questão. Leite (1996) assegura que o projeto higienista procurou efetivação seguindo três orientações:

Primeira, a implantação de uma política que agia combatendo diretamente os agentes naturais causadores das moléstias, assistindo aos doentes e criando instituições voltadas para o atendimento e prevenção dos enfermos. Segunda, a intervenção, por meio das reformas, na estrutura física das cidades. Terceira, a implementação de uma campanha de controle e modificação dos hábitos, costumes e modos de comportamento dos habitantes das cidades, especialmente as camadas populares (p.11).

No que se refere à primeira orientação, o que se constituiu efetivamente na Bahia, até as primeiras décadas do século XX, foram: a criação de hospitais, asilos e distribuição de remédios e formação do quadro de profissionais para atuar no

serviço público, ações de responsabilidade da Faculdade de Medicina da Bahia e da Santa Casa de Misericórdia. Como afirmam Souza e Barreto (2011), a assistência pública à saúde era destinada aos grupos sociais sem redes de apoio e de solidariedade, que eram vistos como os que colocavam a saúde da população em risco, disseminando doenças infectocontagiosas em locais populosos ou em habitações coletivas, sendo estes hospitalizados.

É importante lembrarmos que estas ações eram encabeçadas por um grupo específico da sociedade baiana e, por isso, as ações eram verticalizadas e até autoritárias. O grupo, que possuía “cientificidade” necessária, delegava o que deveria ser feito para que a Bahia fosse higiênica e organizada, simbolizando o progresso do estado. Este grupo, sem dúvida, tinha como símbolo principal a figura do médico, mas também contava com jornalistas, políticos, arquitetos, engenheiros, filantropos, figuras da elite que pretendiam modificar a realidade do estado.

Pensando neste grupo idealizador da modernidade, tendo como elemento-chave o projeto higienista, não podemos enquadrá-los de forma homogênea, no que se refere às estratégias pensadas e utilizadas. Na verdade, o grupo apresentava características de métodos, teorias e ideologias bem heterogêneas, mas todos, em certa medida, “associavam ambiente, relações sociais e doenças, sendo um dos focos por excelência de suas preocupações os centros urbanos” (CZERESNIA, 1997 *apud* MELO e PERES, 2016).

Neste sentido, Salvador, que a partir de meados do século XIX começava a caminhar no sentido de se tornar o centro urbano da Bahia, apresentava diversos fatores que potencializavam as más condições de higiene. Dentre eles a própria estrutura da cidade:

O problema não está só nas pessoas, que não respeitam as “posturas”, mas também na própria cidade, que vive num estado precário de salubridade pública, com infraestrutura deficiente, sem higiene nas casas e numa situação de miséria, criando um ambiente propício para a aparição e propagação de epidemias. A cidade construída impõe limites à higiene. Seu denso espaço está construído de maneira confusa, com um traçado e uma arquitetura que em nada ajudam à salubridade (PINHEIRO, 2011, p.203).

Na tentativa de solucionar os problemas estruturais, a realização de obras foi intensificada a partir da segunda metade do século XIX, na capital do estado baiano, algumas, como: a criação de novas linhas de aterros; o alargamento e criação de ruas que ligavam a Cidade Baixa e a Cidade Alta; a abertura de algumas ruas para o

trânsito de automóveis; a implantação de calçadas; modernização e higienização da cidade portuária; melhoramento do saneamento básico, bem como distribuição de água potável. Todas essas obras constituíram um panorama no sentido de higienizar e modernizar a cidade de Salvador (SOUZA e BARRETO, 2011; PINHEIRO, 2011).

No que se refere a salubridade pública no Relatório da Assembleia Legislativa da Bahia em 1850, vemos que:

O Governo da Provincia não julgando acertado estabelecer medidas preventivas contra a transmissão do mal, que devia existir n'atmosfera que respiravão, diversas reuniões os habeis professores, que chamou á Palacio, lançou mão de todas as medidas que a Medicina aconselhava em beneficio da saude publica, promovendo o aceio das ruas e praças, e fazendo remover da cidade todas as causas que podessem influir para agravar o mal, que julgava existente n'atmosfera (p.11).

Ainda no Relatório da Assembleia Legislativa da Bahia em 1857, João Lins Vieira Cansansão de Sinibu, dentre as 25 propostas apresentadas para modernização e higiene da capital apresenta:

1 Illuminar a gaz hydrogeneo, ou hydrogeneo carboretado todas as ruas e praças publicas, que existem actualmente na cidade da Bahia, devendo a iluminação nas ruas que não estiverem habitadas, ir sendo aumentada conforme as necessidades publicas, e segundo as ordens do Presidente da Bahia (p.01).

Apesar de um pretenso esforço modernizador, esse movimento parece não ter dado conta de todo contexto insalubre de Salvador. Mesmo no início do século XX, refletindo a realidade das demais cidades do estado, as condições continuavam precárias, como aponta Octavio Torres da Silva na tese - A Cidade de Salvador Perante a Hygiene - do ano de 1908:

Em uma cidade tão grande e populosa como esta, e cujo numero de ruas é enorme, penoso é dizermos que, no sentido estrictamente higienico, quase nenhuma dellas merece esse nome, e sim o de viellas ou corredores. Algumas dessas ruas, parece-nos, e faz-nos lembrar as estradas do interior do Estado, principalmente no tempo do inverno, onde o viandante tropeça a cada passo em buracos, lamaçais, etc... (p.01).

O mesmo autor segue descrevendo a falta de cuidado com os preceitos higiênicos em Salvador e afirma sobre a parte baixa da cidade:

onde existem logares tão ambicionados pela sua posição topográfica, como a Praça do Conselho Municipal, Rua Chile, Praça Casto Alves,

Ladeira de S. Bento, etc. nesses logares, cuja naturezas auxiliam a hygiene municipal, vamos deparar com a criminosa falta de observância de taes preceitos [...] emfim, o que se possa imaginar de nocivo diriculo para uma capital de um Estado como a Bahia, e cujo nome e valor espalhados aos quatro ventos do mundo (p.05-06).

Se existia o desejo, a necessidade de mudanças estruturais para tornar a hygiene satisfatória, a realidade concreta parecia estar seguindo em descompasso com o discurso higienista e modernizador, pelo menos, até a primeira década do século XX. Foi mesmo a partir de 1912, com a eleição de José Joaquim Seabra (J.J.Seabra) como governador da Bahia, que a reforma urbana ganhou contornos mais nítidos.

Tavares (2001) nos mostra que “no mesmo ano de sua eleição e posse, começou a reforma urbana da cidade do Salvador com a abertura da Avenida Sete de Setembro, o que exigiu a derrubada de velhos sobrados e igrejas” (p.332).

J. J. Seabra deu início a um projeto ousado, que teve como objetivo principal mudar o aspecto colonial da capital do estado e torná-la modelo de modernidade, com uma nova estética e salubridade.

O projeto apresentado se fundamenta na melhoria do saneamento, do conforto e da plástica arquitetônica, indispensáveis à vida moderna. Alega que, ao ter as ruas reformadas, as edificações também serão beneficiadas pela municipalidade. Suas propostas englobam abertura de avenidas, alargamento de ruas, nova pavimentação, além da construção de casas operárias e de edificações públicas. Também envolvem jardins, praças, parques abertos à população e banheiros públicos (PINHEIRO, 2011, p.19).

Como indica Tavares (2001), contudo, nem todas as mudanças alentadas neste período foram alcançadas, quer por uma limitação financeira, quer por desarranjos e conflitos internos na política baiana, mas não podemos negar as mudanças significativas nesse período. Mudanças estas que visaram movimentar a estrutura física da cidade, mas também, o aspecto cultural e simbólico da sociedade baiana. Voltemos à terceira orientação do projeto higienista, que dizia respeito à mudança de hábitos, comportamentos da população.

Se inicialmente, o discurso higienista estava voltado para os problemas estruturais das cidades e para as moléstias que acometiam a saúde da população, logo ele se voltou para os hábitos e comportamentos dos indivíduos, tornando-os empecilhos para a modernização da sociedade. Então, se faziam necessárias ações

mais abrangentes, que conseguissem penetrar nas práticas cotidianas do povo, principalmente das camadas populares, pois as suas ações eram vistas como bárbaras, incivilizadas, completamente contrárias ao que se desejava.

Certos hábitos, tradições, preferências por atividades lúdicas ou de entretenimento, como o uso da bebida alcoólica, as jogatinas e mesmo uma chamada malandragem, estavam fortemente arraigadas na alma da maior parte das pessoas, sobretudo, das camadas populares, que formavam majoritariamente a população baiana. Sendo assim, este estrato da população destoava da camada elitizada, não só sob o ponto de vista socioeconômico, mas também no cultural, como aponta Leite (1996). Estes hábitos, segundo a percepção do médico Francisco Tavares da Cunha Melo, no ano de 1851, deveriam ser reprovados, tanto pelo aspecto moral, quanto pelo higiênico e eram tidos como os centrais para a geração e propagação de moléstias.

A sociedade baiana modernizada, que se caminhava para construir, não possuía espaço para estas práticas anti-higiênicas, anticivilizadas. Era preciso construir um novo homem, “produzir sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores”, como afirmam Costa, Góis Junior e Santos (2014, p.275), ao analisarem outro cenário. Para isso, a atenção deveria se centrar na educação, como meio de inculcar os valores, ideais higienistas.

Observemos na tese *Hygiene Pedagogica*, de Umbelino Heraclio Muniz Marques, como uma educação higiênica, digamos assim, virou símbolo de uma modernidade que, apesar de fundamental, não se viu no Brasil que caminhava para o século XX:

A higiene pedagógica, que aliás age decisivamente sobre o desenvolvimento da criança, e sobre a conservação de sua saúde, ainda nos países, mais adiantados deixa muito a desejar, quanto mais no Brasil, onde, em matéria de educação popular, tudo é palavra e só palavra (1886, p.01).

Umbelino ainda afirma como uma educação higiênica “adapta todas as potencias physicas, intellectuaes e moraes de cada individuo á função plena do papel que lhe esteja destinado desempenhar na coletividade” (1886, p.02). Perceba como a preocupação estava centrada em tornar harmônica esta tríade das faculdades humanas, para que o sujeito pudesse desempenhar seu papel sem

alterar a ordem social desejada, que neste caso era a ordem para o progresso, a modernização.

Desta forma, comungamos com Melo Junior (2015), quando este afirma que se iniciava (ou intensificava), na Bahia, um movimento visando à educação do povo, almejando não somente alfabetizar a população, mas, sobretudo, civilizar os costumes, moralizar as condutas e moldar comportamentos, de forma a alicerçar as bases da pretendida sociedade higiênica e moderna. Este movimento, atrelado às outras duas orientações já citadas, configurou as principais estratégias do projeto higienista.

2.4 HIGIENISMO E EDUCAÇÃO

A contextualização complexa, paradoxal e ambígua que se via na Bahia, neste período estudado, demandava ações diversas que abrangessem toda a sociedade, principalmente os mais pobres e incultos. Ações que pudessem produzir de forma homogênea e padronizada o cenário de civilidade e modernidade em que caminhavam os países, dito 'adiantados'. Em cenários como esse, como argumentam Costa, Santos e Góis Junior (2014), a intervenção higiênica foi valorizada como o remédio, não só para as condições de vida, mas também como força motriz de uma mudança de hábitos e mentalidades que se traduziam nos corpos.

Assim, a higiene olhou para várias instituições da sociedade e, principalmente, para a Escola.

Em geral, os médicos e articulistas se preocupavam com a imagem do país e a construção da nacionalidade de forma homogênea, geralmente dita civilizada. Transformar os costumes era um projeto ambíguo que ia desde educar a população através de práticas de higiene que preveniam doenças, como também regulamentar comportamentos nas vivências diárias que tinham como parâmetro as nações europeias e a norte americana (MELO JUNIOR, 2015, p.38).

Uma forma vislumbrada para atingir esses objetivos centrava-se na ampliação e melhoria do sistema educacional. Além da ampliação numérica, era necessário estabelecer melhorias na ação pedagógica, melhorias que deveriam se conceber a partir das noções de higiene, saúde e disciplina (MELO e PERES, 2016; TAVARES, 2001).

Nessa conjuntura, na tese já citada de Umbelino Heraclio Muniz Marques, o médico exemplifica qual deveria ser o caminho a seguir:

Emfim seja nossa preocupação principal acompanhar o movimento do nosso seculo n'este ramo essencial do aperfeiçoamento social, colloquemos a *higiyene pedagogica* na primeira fila dos deveres governantes, como garantia á saude physica da geração nascente: não só está obrigado o estado pela carta constitucional a fornecer instrucção ao povo, como a proporcionar meios garantidores, quer da saude, quer do desenvolvimento organico de cada cidadão (1886, p.41).

Como afirmam Costa, Santos e Góis Junior (2014), a educação era vista como um caminho para fazer com que os hábitos higiênicos se multiplicassem. Para tanto, constrói-se a necessidade de uma educação centrada no corpo, destacando a importância das práticas corporais sistematizadas, no cenário escolar, como símbolo dos objetivos alentados para a sociedade oitocentista. Na mesma linha, asseveram Melo e Peres “As práticas corporais institucionalizadas constituíram-se em poderosas representações de valores, sensibilidades e desejos que permearam o ideário e imaginário da modernidade” (2014, p.35).

Se o espelho de modernidade era, principalmente, os países europeus, ao tomar consciência da prática de exercício numa escola em Paris, um articulista do Correio Mercantil, já em 02 de junho de 1838 diz que “uma igual escola, estabelecida no nosso paiz, seria como um modelo para se irem sucessivamente creando estabelecimentos da mesma espécie”, e continua narrando os benefício para uma sociedade que se pretendia civilizada.

Os higienistas constataavam as mazelas e colocavam a falta de “apuro na educação physica¹⁰” no grupo dos elementos anti-higiênicos que prejudicavam a cidade de Salvador, como podemos perceber no Relatório do Conselho Interino de 1856, elaborado pelo secretário da Commissão de Hygiene Publica, Dr. Malaquias Avares dos Santos:

Nas demais comarcas existem também muitas causas de insalubridade, como sejam mais geralmente habitações húmidas, e mal arejadas, alimentação irregular e de má qualidade, pântanos de todos os gêneros, e nenhum apuro na educação physica; ao que demais se ajunctam muitos vicios na educação.” moral e intelectual

¹⁰ Neste momento, “a educação física ainda não era considerada uma disciplina escolar, mas sim um conjunto de cuidados ligados à higiene, à puericultura e também, ou de forma geral, à prática de atividade física” (MELO, 2013. p.121). É neste conjunto de referências que devemos pensar quando aparecer o termo educação physica.

dos habitantes, o que se encontra ainda n'esta capital e mormente, nos seus suburbios.

Essa relação do exercício físico como elemento fundamental do higienismo para a educação do sujeito seguiu com o passar dos anos.

Em artigo publicado no dia 10 de outubro de 1880, no periódico baiano A Escola – Revista scientifica, litteraria e noticiosa -, encontramos o argumento de que “pelo exercício, transformamos um homem ou animal a olhos vistos, afinal a educação física é a aplicação á cultura humana das leis da hygiene ou hygiene propriamente dita”. Segue-se fazendo um apelo: “senhores physiologistas, dainos o mais breve possível, sob uma forma resumida, satisfactoria, popular, um tractado completo de hygiene e de educação physica” (p.22).

Podemos afirmar que este lugar de destaque (no discurso médico-higienista, principalmente) que as práticas corporais sistematizadas ganharam progressivamente, com o passar do século XIX, mas principalmente nas últimas décadas, deveu-se ao fato destas carregarem em si, valores que condiziam com a realidade da sociedade urbano-industrial, que estava se caminhando para construir.

Essas práticas simbolizavam como apontam Melo e Peres (2014), a necessidade de superação de limites, o extremo de determinadas situações, a valorização de tecnologia, a consolidação de identidades nacionais, a busca de uma emoção controlada, o exaltar de certo conceito de beleza. O seu desenvolvimento tem grande relação com uma sociedade que enfatizava as noções de produção, precisão, desempenho e disputa, como a moderna sociedade soteropolitana que lentamente se construía.

Uma ideia que resume as noções de progresso, saúde e moral que se configuravam em torno das práticas corporais no cotidiano escolar é expressa pelo Dr. Francisco Candido da Silva Lobo, na tese - Apontamentos Para o Estudo da Hygiene Escholar -. Nela encontramos o seguinte trecho:

Existem tão íntimas relações entre a organização physica, moral e intellectual, que o desprezo da educação physica não poderá deixar de reflectir-se nas outras, e é reconhecendo esta verdade que os governos dos paizes europeus e dos Estados-Unidos da America do Norte têm feito d'este assumpto objeto de sérios estudos, introduzindo-se anualmente n'estes paizes grandes melhoramentos com o fim de obter a educação physica mais perfeita possível (1898, p.02).

Dentro do conjunto de sentidos e práticas que compunham a ideia dos intelectuais baianos sobre a 'educação physica', uma tornou-se personagem principal: a ginástica. Francisco Candido da Silva Lobo na tese acima citada, diz que "a base da educação physica é a gymnastica" (p.03). Segundo Melo e Peres (2016), disciplina, saúde, higiene: esses eram princípios que integravam os discursos de defesa e valorização da ginástica, constantemente, mobilizados por alguns médicos, dirigentes e intelectuais. Estas compreensões associadas pareceram compor o pensamento de médicos e articulistas baianos que recomendavam a prática da ginástica com basilar no processo de mudanças que o estado precisava passar.

Os discursos intelectuais garantiam os porquês da importância desta prática, não apenas fundamentando os benefícios para o corpo e saúde, mas também para moral e formação do 'homem vigoroso'. Questionava-se inclusive a forma como os mais ricos educavam seus filhos. Sobre isto, vemos em Moreno e Soares (2015) que "os problemas que esse modo de trabalhar o corpo buscava resolver também se voltavam para a melhoria e prevenção da saúde, a força de vontade, o desenvolvimento do caráter e a energia de viver" (p.109).

Nessa linha, um articulista do Correio Mercantil, em 02 de junho de 1838 apontava que "os mimos e branduras com que as pessoas mais ricas e poderosas costumão criar os filhos os fazem commummente afeminados e de débil compleição", e coloca a ginástica "com o exercício acertado" como corretiva desta situação, e segue garantindo que "a gymnastica, porém, nas cidades he absolutamente precisa, não para formar arlequins, como o para cuidado, mas para educar homens vigorosos".

Diante dessa conjuntura exposta, temos como objetivo primeiro compreender quais concepções pensadas para a inserção da ginástica nos espaços escolares da Bahia no período compreendido entre meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. E é a está questão que nos detemos no próximo capítulo. Voltamos nosso olhar para o movimento ginástico em si. Buscamos sua construção histórica, origens, sentidos e objetivos, de um modo geral, bem como sua instauração no Brasil, a partir das influências europeias e sua implementação e desenvolvimento nas escolas baianas, levando em consideração as peculiaridades, características próprias da Bahia.

3 AS CONCEPÇÕES PENSADAS PARA GINÁSTICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Diante da conjuntura já apresentada, podemos perceber como um desejoso projeto de modernidade influenciou mudanças nas inúmeras variáveis sociais, desde transformações nas estruturas físicas à forma de ver, vivenciar, desejar o cotidiano de uma sociedade moderna. Nesse sentido, este capítulo volta o olhar para a ginástica desde as suas origens europeias, às suas formas de manifestações no Brasil, até as representações que tornaram a ginástica como símbolo moderno e uma desejada prática educativa em Salvador.

3.1 ORIGENS E INSTAURAÇÃO DA PRÁTICA NO PAÍS

Se pensarmos na ginástica, de um modo geral, não saberíamos precisar exatamente as suas origens, já que a amplitude do conceito remete às práticas milenares. Apesar de não serem definidos dentro do termo exato, vários exercícios são mencionados na literatura em semântica indicativa da ginástica. Ramos (1982) mostra uma posição, que indica que a ginástica, como a prática do exercício físico, vem da Pré-história, afirma-se na Antiguidade, estaciona na Idade Média, fundamenta-se na Idade Moderna e sistematiza-se nos primórdios da Idade Contemporânea.

Foi com o chamado movimento ginástico europeu, a partir de 1800, que se teve uma reconfiguração na forma de encarar os exercícios físicos, de maneira a pensá-los sistematicamente. Isso porque, como elucidam Melo e Peres (2014), o corpo torna-se centro do debate, algo que se relaciona com o desenvolvimento científico, “se uma nova relação e consideração para com o corpo estavam sendo construídas, um novo sistema de regulação, de disciplinarização, se fazia necessário” (p.33).

É nesse contexto que os métodos ginásticos europeus desenvolvem-se e tornam-se responsáveis pelo estabelecimento do que era consideradas práticas adequadas de uso corporal, com racionalidade, comedimento, harmonia e rigor.

Na literatura convencionou-se chamar essa ginástica de “ginástica científica”, por negar, se distanciar das expressões ligadas ao espetáculo, ao divertimento, aos movimentos executados de forma livre e ‘sem objetivo’. Esta prática científica de exercícios foi pouco a pouco se tornando símbolo das sociedades modernas do continente europeu e se disseminando por outros países, como aconteceu no Brasil.

O país que se via num movimento de reconfiguração, no século XIX, numa busca por civilização e progresso, com o aumento das relações internacionais, ocasionado pelo processo de industrialização, viu aumentar o seu trânsito cultural e tentou absorver o ‘mundo civilizado europeu’ como ideário a ser alcançado. Dos elementos absorvidos, diversas práticas corporais ganharam visibilidade e estímulo, sendo a ginástica uma das mais desejadas, justamente por se ajustar aos ideais de modernidade que circulavam no Brasil.

Melo e Peres (2014), ao tratarem da instauração e institucionalização destas atividades na Corte, asseveram que:

Sintonizada com as novidades que chegavam do “mundo civilizado europeu”, a sociedade da Corte, que progressivamente valorizava as atividades públicas de convivência, se organizava em agremiações das mais diferentes naturezas: políticas, de negócios, assistenciais, literárias, dançantes, esportivas ... (p.23-24).

Os autores seguem explicando como houve uma paulatina valorização das práticas corporais, como a natação, a esgrima e a ginástica, dentro e fora das instituições educacionais.

Essa valorização, a partir da segunda metade do século XIX, fez com que a ginástica ampliasse seu número de adeptos e defensores, à medida que sua importância para a saúde e o trabalho, para construir uma sociedade prática, pragmática e científica, ficava evidenciada pelo discurso científico hegemônico e pelas autoridades detentoras do poder, como nos afirmam Soares e Moreno (2015); Gaio, Gois e Batista (2010) e Soares (2000).

Assim, lenta e paulatinamente, a ginástica foi se instalando em alguns lugares do país. Melo e Peres (2014) apontam experiências institucionalizadas e sistematizadas das agremiações do Rio de Janeiro: a Sociedade Alemã de Ginástica, criada em 1859 “a percussora agremiação dessa natureza na América do Sul” (p.99) e a Sociedade Francesa de Ginástica fundada em 1863, representaram

tentativas de socialização e disseminação de sociabilidade, práticas culturais. Dentre elas, o protagonismo era da ginástica.

Neste sentido, é preciso entender que a constituição da ginástica como um instrumento de modernidade e higiene foi um movimento deliberado, frente às demandas sociais apresentadas. Melo (2013) assevera que “de forma alguma se tratou de um movimento linear, sendo inclusive uma expressão das tensões que cercaram os projetos de país e a vinculação a proposta de modernidade” (p.130). Da sua aceitação à desvinculação com outras expressões, um caminho longo se formou.

Vejamos, a ginástica antes mesmo de tornar-se desejo dos intelectuais brasileiros, já se encontrava como integrante dos espetáculos circenses. A este respeito, Melo e Peres (2014) expõem:

Os exercícios gímnicos não apenas integram as atividades circenses como o circo foi um dos pioneiros e principais espaços de difusão da prática, ainda que, a partir de determinado momento, tenha-se questionado essa “ginástica-espetáculo”, notadamente por parte daqueles que defendiam uma ideia “científica” de atividade física, que servisse aos intuítos de controles, disciplina e desenvolvimento de hábitos higiênicos (p.38).

Apesar de não excluir totalmente a sua expressão circense, com o passar do século XIX, como prática voltada para o conjunto das populações urbanas, como aponta Soares (2000), a ginástica apareceu despida de suas marcas originárias do mundo do circo, da gestualidade característica dos acrobatas e daqueles que possuíam o corpo como espetáculo, alargando o temor imprevisível de que a ginástica-espetáculo resultasse em ameaça ao mundo de fixidez que se desejava afirmar. Segundo Melo e Peres, “nessa esfera de compreensão, a prática não podia ser confundida com aquela que era exibida em circos e teatros” (2016, p.148).

Lembre-mos da conjuntura conflituosa, ambígua que configurava o país no século XIX. Das epidemias, condições de higiene precárias e de que, no desejo de solucionar estes problemas, e por todo contexto de transformações sociais, econômicas, culturais apresentadas, a ginástica passou a protagonizar o discurso da elite intelectual e foi aclamada como medida profilática e de recobro da sociedade. Neste sentido, Góis Junior (2013) aponta que o cuidar do corpo se estabeleceu, então como uma norma moral, tornando uma educação corporal mais do que tudo

uma educação moral, onde a ginástica e a higiene se estabeleciam como ferramentas privilegiadas.

A isso se soma a necessidade de formação de um indivíduo autônomo, capaz de cuidar de si. Velho (1995) aponta que a constituição de uma sociedade urbana, moderna implica, também, na constituição de uma autonomia. Uma 'autonomia dirigida', certamente, já que o projeto modernizador não era da hegemonia populacional, mas sim representava as aspirações de uma elite que pretendia inculcar na população esses ideais.

Num país marcado por hierarquizações raciais e sociais, a *gymnastica hygienica* com viés militar parecia uma alternativa para mascarar tais problemas e despertar na população o respeito às leis e a seus representantes, o que resultaria na dedicação e obediência aos assuntos públicos (MELO JUNIOR, 2015, p.127).

Foi então nesse momento que os olhares se voltaram para as instituições educacionais e indicaram a ginástica como prática educativa capaz de inculcar esses elementos ambicionados.

3.2 A GINÁSTICA NO DESEJO POR UMA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA DA BAHIA

A partir da segunda metade do século XIX, houve um movimento de maior atenção e desejo de melhorias e do sistema educacional brasileiro, além do anseio para que o seu alcance se ampliasse e conseguisse atingir mais indivíduos.

De um modo geral, na tentativa de acompanhar e garantir as transformações que se davam no país neste período, os olhares dos intelectuais voltaram-se para as instituições escolares, como potencial espaço para formação do novo homem que demandava a sociedade moderna.

Como já mencionado, as características que deveriam predominar no indivíduo moderno centravam-se na saúde moral e física. No sentido de compreender o porquê da defesa e desejo da ginástica, Del Priore e Amantino (2013) asseguram que esta prática foi concebida como estratégia para forjar o novo modelo de homem que o conjunto de mudanças relacionadas aos projetos de modernidade requisitava.

Assim, por se ajustar as mudanças que se pretendiam alcançar, o ensino da ginástica nas instituições escolares passou a ser defendido e desejado, principalmente pelos intelectuais da saúde. Gois Junior (2013) explica que a

inserção da ginástica no contexto escolar brasileiro teve uma relação muito próxima com os objetivos higienistas, tendo o discurso médico colaborado para organização e intervenções na educação.

Neste sentido, o ensino da ginástica passou a ganhar defensores tornando-se parte dos ideais de modernidade em alguns locais do país, como no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e outras cidades de Minas Gerais (MELO e PERES, 2014; VAGO e OLIVEIRA, 2008; VAGO, 2002). Ocorrência que atingiu também a da capital baiana.

Em Salvador, era da Faculdade de Medicina da Bahia, principalmente, que vinham os porquês da importância da prática da ginástica nas instituições escolares. Os médicos baianos indicavam os benefícios da prática nas escolas e, também, quais e como deveriam ser executados os exercícios gímnicos. Na tese apresentada pelo Dr. Umbelino Heraclio Muniz Marques (1886), o médico coloca a importância do ensino da ginástica nos termos da higiene necessária; como sinônimo de desenvolvimento e civilização, ao exemplificar sua ocorrência nas escolas europeias; como componente imprescindível a uma educação vigorosa e guerreira, capaz de desenvolver *todas as potencias* “*physicas, intellectuaes e moraes de cada individuo*”. E enfatiza afirmando que “*a gymnastica deve ocupar na educação publica logar proeminente*” (p.07).

Diante das 28 teses das FAMEB estudadas, percebemos que a articulação e harmonia entre as chamadas faculdade “*moraes, physicas e intellectuaes*” humanas era para onde se deveria voltar o foco de atenção. Apontam também, de um modo geral, que existe uma grande influência da moral sobre o físico, podendo um desarranjo de caráter levar há uma degradação física, bem como prejudicar o desenvolvimento intelectual das pessoas.

O médico Francisco Tavares da Cunha Melo, na tese intitulada - *Algumas Considerações Phycho-physiologicas acerca do Homem* -, afirma a este respeito que “*felizmente no estado actual dos conhecimentos humanos a mutua influencia do moral sobre o physico é reconhecida por todos os sábios*” (1851, p.12). O médico segue defendendo a importância de uma educação física e de uma educação moral. Este dado reforça a ideia de que havia esta vigilância entre o corpo e a moral de alcance amplo pela ciência médica, como explicita o médico Marinonio de Freitas Britto “*considerando os terríveis perigos, que pela libertinagem nos vem, seremos*

obrigados a procurar lenitivos para eles na Medicina moral e philosophica” (1853, p.05).

Esta vigilância se dá, porque os saberes higienistas colocavam, como já dissemos, os problemas que a sociedade soteropolitana enfrentava (epidemias, pobreza extrema, condições precárias de saneamento e moradia), como passíveis de controle através do cuidado com o corpo. Este cuidado se projetava, também, na prática ou se deteriorava com a sua ausência. Na tese já citada, Cunha Melo aponta:

A ociosidade, não só reprovada pela moral, mas também pela hygiene, essa mãe não só dos vícios, senão também grande numero de molestias, là vae indirectamente execer, de um modo espantoso, sua malévola influencia sobre o encéfalo; e d’ahi esse inumerável cortejo de ideas extravagantes, ingnobeis, vis e baixas (1851, p.19).

Nesse sentido, a ideia de que a educação e saúde (utilizando termos atuais) formam uma simbiose, se fazia presente nas produções dos médicos baianos, assim como nos ideais higienistas que circulavam o país neste momento. As instituições escolares eram vistas, por estes personagens, com similitude às instituições médicas, como observamos na tese *Hygiene Pedagogica*:

Por mim coloco estas edificações no mesmo grau que outras quaisquer obras pias: nem vejo em verdade diferença sensível entre as casa de misericórdia, lazarentos, hospícios, votados á cura, ao allivio dos sofrimentos physicos do homem, e os prédios destinados á cura também das molestias moraes da intelligência e da alma que também sofrimento é a ingnorancia nas mentes populares, as trevas moraes no seio das almas (MARQUES, 1886, p.16).

Soares e Fraga (2003) apontam, nesta linha, que desde o final do século XVIII e início do século XIX, emergem nos discursos especializados sobre o corpo, um conjunto de procedimentos destinado a ajustar/endireitar físicos desengonçados e espíritos desconformes aos princípios de retidão do porte e da rigidez do caráter. Afinal, este deveria ser o corpo do homem urbano, moderno, higiênico e para atingir estes objetivos estava nos procedimentos indicados uma ‘educação physica’ que tinha por base a ginástica como medida corretiva, profilática e a ausência dessa educação faria degradingolar no desarranjo humano.

Francisco Candido da Silva Lobo (1898) defende a importância fulcral de uma educação voltada para o corpo, sob o ponto de vista da higiene, afirmando que “existem tão intimas relações entre a organização physica, moral e intelectual, que o desprezo da educação physica não poderá deixar de reflectir-se nas outras” (p.02), e

ratifica que “a falta de educação física é a causa mais importante da decadência orgânica da geração moderna” (p.03), apontando que a educação física deve ser obrigatória nas escolas da capital baiana.

Aqui é importante lembrarmos que a educação física tanto mencionada por estes médicos, era um conjunto de atividades que deveriam compor o cotidiano escolar e que tinha, na escrita do médico acima mencionado, a ginástica como base, “auxiliada por diversos exercícios como passeio, a carreira, o salto, a natação, os exercícios militares, etc.” (LOBO, 1898, p.03). O mesmo autor ainda aponta como deveria ser um modelo de aula: “para a educação física dar-se-há ao aluno pelo menos 30 minutos diariamente para os exercícios gymnásticos e proteger a saúde do menino, devendo ser proporcional ao seu sexo e idade” (p.27).

As justificativas dadas a importância da inserção da ginástica nas escolas giravam em torno da higiene, modernidade e retidão moral, necessárias a capital baiana. Para isso, recorriam a exemplos de civilizações milenares, como os Persas: “Sabe-se dos persas esmerarem-se em dar a mocidade uma educação que a fizesse vigorosa e guerreira: assentava principalmente em jogos gymnásticos e exercícios militares” (MARQUES, 1886, p.02). Colocando, assim, os exercícios gímnicos dentro do conjunto de estratégias educacionais possíveis para formar esse homem forte e vigoroso, adjetivos sinônimos de tão dita retidão moral e física.

Neste conjunto de estratégias educativas, o professorado deveria ter a consciência dessa educação que se pretendia, além de tudo, moral:

Desde os primeiros grãos da instrução o professor deve educar o menino de forma a desenvolver-lhe as faculdades de observação, a iniciativa individual e ao mesmo tempo cultivar-lhe o sentimento e o carácter doméstico, social e cívico, além de procurar formar-lhe o juízo (LOBO, 1898, p.26-27).

Ao explorarmos a semântica dos termos citados nas falas dos médicos oitocentistas baianos, vamos enxergar que caminham sempre no sentido da civilidade que se buscava, em consonância com os países cultos:

A educação física observada pelas nações da antiguidade como o elemento indispensável, talvez único de dotar a família de homens robustos e sadios, e a pátria de cidadãos presentes, achou na actualidade echo no coração de todos os povos cultos, menos no Brazil (MARQUES, 1886, p.07).

Neste cenário, “a ginástica aparece associada à emergência de uma racionalidade e de técnicas específicas sobre o corpo” (MELO e PERES, 2014, p.71), demandadas das transformações na realidade urbana que ocorria em Salvador. Isso se deve ao fato, como assevera Velho (1995), de que as transformações ligadas ao processo de modernidade estão indissoluvelmente ligadas a modos específicos de construir e perceber a realidade, que é consequência e, simultaneamente, causa de novas visões de mundo, com concepções particulares de indivíduos.

Foi no caminho da construção de novas concepções de indivíduos, e assim de uma nova realidade, que o discurso médico passou a desmascarar as imagens indesejadas e cobrar do governo e população baiana o comportamento adequado. Ao analisar as construções realizadas na cidade de Salvador, no sentido da higiene e modernidade, o médico Octavio Torres da Silva aponta que

o povo sem uma educação precisa, não sabe acolher e gozar essas preciosidades tão comuns no Rio de Janeiro, em S. Paulo etc; e o poder publico, que as edificou, não sabe manter ali os ficas próprios para fazer respeitar e ensinar a população a servir-se de taes logadoiros (1908, p.05).

Octavio Torres da Silva realiza na sua tese, na verdade, um mapa descritivo da cidade de Salvador perante a hygiene. Ele aponta os problemas, a realidade e cobra do poder governamental a postura que julga ser pertinente. Ainda, no sentido da realidade educacional da capital baiana, o médico afirma:

A falta de educação physica, é a causa mais importante da decadencia organica das gerações modernas; e, enquanto os governos dos outros paizes procuram remediar o mal, com grande melhoramentos introduzidos nas escolar, para obtel-as a mais perfeita possível, em prol d’aquelles frágeis organismos, que ali vão sugar no cálix benéfico da intrucção, o néctar precioso do saber, continua a escola entre nós do mesmo modo atrasada, porque os nossos governos, ainda não quiseram tomar á serio o seu desenvolvimento, pela reconhecida utilidade, e garantia das gerações futuras. Entre nós, não é só a falta de educação physica que se nota, tudo falta, e posso afirmar mesmo, sem receio de ser contestado, que as escolas aqui entre nós, estão longe de preencher os fins á que são destinadas em outros Estados estabelecimentos d’essa especie (1908, p.29).

O médico Joaquim de Britto Costa, no ano de 1920 continua reforçando está ideia da prática corporal como sinônimo das sociedades civilizadas e lamenta a ausência da *educação physica, de exercícios, da gymnastica* nas escolas da Cidade

da Bahia. Costa prossegue afirmando a importância e benefícios da ginástica nos espaços escolares e aponta a ginástica sueca como sendo a mais indicada:

A gymnastica sueca, sendo a gymnastica dos movimentos e atitudes, deve ser aplicada para alumnos de ambos os sexos. Ella é util physicamente, util ao organismo, e, por serem organismo e intelligencia, intimamente ligados, estreitamente unidos, ella será tambem util ao intellecto, desenvolvendo-o, activando-o, revigorando-o, <<*Mens sana im corpore sano*>> (p.61).

A ginástica sueca mencionada pelo médico tem na sua essência, forte racionalidade e intuito regenerativo da sociedade. Moreno (2015) explica que esta escola de ginástica tinha, também fortes traços idealistas, além de um caráter pedagógico, já que seu precursor Pier Henrik Ling colocava em prática na ginástica, a sua crença na educação. Resguardada a distância entre as realidades Sueca e Soteropolitana, podemos perceber o intuito regenerativo e científico nas produções dos médicos baianos. Contudo, dentre as teses analisadas, Joaquim Britto de Costa foi o único a apontar claramente qual o método ginástico mais adequado para a realidade escolar de Salvador.

O discurso médico-higienista protagonizou a defesa da inserção da ginástica nas escolas da Cidade da Bahia, mas essa defesa não se tornou exclusiva da comunidade acadêmica de medicina. Seu eganhou brechas nos jornais e periódicos que tinham circulação na capital baiana e, também, no discurso governamental. Em agosto de 1877, o jornal O Monitor, que tinha circulação diária na capital, na seção intitulada - Questão da Instrução Publica - trouxe uma nota afirmando que “o menino precisa de movimento; a gymnastica ó-lhe é indispensavel” (p.59). No mesmo ano, constatamos sete outras ocorrências, no mesmo diário, que asseguravam a importância e necessidade da ginástica nas escolas.

No Correio da Bahia, numa seção igualmente intitulada de - Instrução Publica - , encontrado a seguinte articulação entre educação, higiene e ginástica:

Si se trata da educação, cujo fim proximo do aperfeiçoamento do individuo em sua tríplce relação physica, intellectual e moral, é ella deficiente não levando seus cuidados até o desenvolvimento do corpo, de que depende em grande parte o progresso do espirito. A gymnastica e a hygiene, que importante missão teem a desempenhar na educação da mocidade encontram, ao contrario, crua guerra nos próprios edificios escolares, verdadeiros focos de destruição de organizações frágeis, em que cedo contractam estas os vicios que os manleem-n’as em eterno rachitismo ou aoressalles a mais penosa ruina (1871, p.15).

No que se refere ao discurso governamental, parece haver uma sintonia com os ideais de médicos e articulistas na defesa e desejo do ensino da ginástica. Nos Annaes da Assembleia Legislativa Provincial encontramos várias referências a importância da 'educação physica' do povo baiano, assim como nos Relatórios de Trabalho do Conselho Interino do Governo. Neste último, no ano de 1882, encontramos a seguinte recomendação quando a educação nas escolas baianas:

Agora, a educação physica.

E' um tanto ampla a expressão, Segundo os magníficos estudos de Spencer, encerrão-se n'esse capitulo as regras tendentes a corrigir 1) a insufficiencia da alimentação; 2) a impropriedade do vestuário, 3) o excesso de aplicação mental, 4) a escassez de exercicio corpóreo, mediante a gymanastica.

Ella é imprescindivel na eschola (p.209-210).

Diante do exposto, conseguimos perceber que existiu certa consonância entre os discursos médicos e de um grupo intelectual baiano no que se refere ao desejo e reconhecimento de uma importância fulcral da ginástica no cenário educacional. Isso porque a prática da ginástica se alinhava aos ideais pretendidos de modernidade, de um cidadão higiênico, moralizado, civilizado capaz de atender as demandas da sociedade soteropolitana que caminhava, no seu ritmo, para se igualar aos centros urbanos e cultos que tinha como espelho. Nesta linha, Soares (2009) afirma que a ginástica possibilita o ensino de técnicas de autogerir-se, fazendo do corpo expressão de civilização.

Contudo, entendemos que por vezes existe distância entre o ideal e o real, entre o discurso e a materialização. Em estudos já realizados em outros locais, constatou-se que a efetiva institucionalização da ginástica não aconteceu exatamente como se pretendia, quer por resistência da elite brasileira em permitir que seus filhos fizessem tarefas físicas, quer por serem ressignificadas no cotidiano escolar (MELO e PERES, 2016; GOIS JUNIOR, 2013).

Neste sentido, no próximo capítulo que se segue nos debruçamos sobre fontes que apresentação a realidade educacional da cidade de Salvador, tentando perceber as aproximações e distanciamentos das representações construídas através dos discursos médico e de intelectuais baianos e a concreta materialização da ginástica no cotidiano escolar.

4 ENTRE O DESEJO E A MATERIALIZAÇÃO

Até este ponto da pesquisa, podemos perceber como este período histórico representou um momento de significativas mudanças em toda a sociedade brasileira. De fato, movimentos diversos impulsionaram a idealizada modernidade que, em menor ou maior grau, se fazia desejada nos quatro cantos do país.

É claro também, do nosso lugar de análise, que os saberes higienistas tiveram grande protagonismo neste movimento de modernização do país e que, num determinado ponto, voltou-se para as instituições escolares, influenciando a forma como se enxergava a educação e apontando os caminhos para sua melhoria.

As demandas para forjar uma nação moderna fizeram com que fosse necessário invadir as entranhas mais remotas, tentando incutir os ideais de modernidade em toda a população, para implantar novos comportamentos, novos hábitos, que dirigissem a sociedade para a civilidade centrada na ordem e na razão. Reconhecendo a importância do conhecimento, os intelectuais colocam a instrução educacional como instrumento capaz de promover tais mudanças (GASPAR, CARVALHO e LAGE, 2016; VAGO, 2002).

Assim, várias medidas foram tomadas para que se construísse uma educação que fizesse do Brasil um país moderno. Dentre elas, o Ato Adicional de 1834, instituindo as Assembleias Legislativas Provinciais, colocando o ensino sob responsabilidade de cada província.

Tratando-se de Bahia, a Assembleia Baiana começou estabelecendo aulas de nível secundário – certamente por já dispor, como visto, de uma ampla rede de escolas elementares: Geografia e História (pela lei nº 4, de 2 de maio) e uma de Desenho para os que estudassem Geometria e Mecânica aplicada às Artes (pela resolução nº 19, de 10 de junho), ambas sancionadas pelo presidente da província, Manuel Antonio Galvão, como nos aponta Nunes (2008).

Medidas outras foram tomadas na tentativa de ampliar a instrução baiana com o passar dos anos, como a criação do Liceu Provincial em 1837; a Escola Normal para professores de primeiras letras em 1836. No ano de 1842, com a lei provincial baiana nº 172 de 25 de maio, sancionada pelo mesmo presidente de província Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, criou um Conselho de Instrução Pública que, de acordo com Nunes (2008), era responsável por inspecionar todo e qualquer estabelecimento de instrução, informar o governo sobre a conduta dos empregados

na instrução pública, enviar anualmente um relatório sobre os estabelecimentos e instrução e aulas da província, e fazer recomendações para o seu melhoramento.

No ano de 1849, a lei organizativa do ensino da província estabeleceu a importância da criação de uma cadeira de primeiras letras em sua sede, “isso significava certamente uma preocupação com disseminação do ensino primário público e a garantia de sua distribuição pelos vários pontos da província” (NUNES, 2008, p.2013).

Assim, estas e outras medidas têm como consequência o aumento numérico na *instrução* primária, como podemos ver no Relatório da Assembleia Legislativa da Bahia feito por João Lins Vieira Cansasão de Sinibu em 1857:

Voltando á intrucção primaria da Provincia, de cujo estado e pormenores vos informaria o relatorio do Chefe d’essa Repartição vereis, que a frequencia dos alumnos nas 177 escolas do sexo masculino foi de 6826, e nas do sexo feminino 1351, ou 8177 em todas, mais 495 do que no anno de 1855 e mais 1016 do que no anno de 1854. (p.40)

Sobre as cadeiras, João Lins Vieira Cansansão de Sinibu afirma ter 70 cadeiras particulares. “49 do sexo masculino e 21 do sexo feminino; aquellas frequentadas por 1494 alumnos e estas por 818 alumnas, ao todo 2312 meninos” (p.40).

Para além dos aspectos numéricos, os relatórios apresentavam uma preocupação quanto à importância do ensino como representação da modernidade e civilidade que figuravam os ideais da elite intelectual baiana, como constatamos no relatório elaborado por Abilio Cesar Borges:

Hoje a instrucção do povo é geralmente considerada uma questão de vital interesse para os Estados; hoje que está fora de toda a duvida a magna importancia della afim de que a industria, de qualquer natureza, possa convenientemente prosperar e desenvolver-se; hoje que em seu favor hão-se altamente pronunciado todas as nações do mundo civilizado, animando-a e melhorando-a com reformas efficazes; não seremos nós, por certo, os Bahianos, que sempre nos hemos distinguido por nosso ardor na carreira das lettras, que nos deixaremos ficar estacionários, quando todos marcham para diante; - não seremos nós que cerraremos ouvidos aos imperiosos reclamo que neste sentido faz a opinião pública da Provincia, denegando-lhe as reformas urgentes de que é carecedora a instrucção. (RELATÓRIO SOBRE A INSTRUCÇÃO PUBLICA DA PROVINCIA DA BAHIA, 1856, p.06/07).

Dentre as inúmeras leituras que podemos fazer desta fala, podemos perceber como a educação deveria estar voltada para atender às demandas dessa sociedade urbano-industrial para a qual caminhava lentamente a Bahia. Neste sentido, o Relatório de Trabalho do Conselho Interino do Governo, do ano de 1856, assevera que a instrução deve corresponder a ‘divisão natural’ da sociedade:

Para os individuos das primeiras camadas sociaes, ninguém dirá por certo que a instrução elementar, tal como se dá em nossas escolhas, não seja sufficiente: - ninguem dirá, porem, que estes rudimento de instrucção baste para aquelles individuos da classe media da sociedade que, não podendo seguir das carreiras liberaes, ou a instrucção superior, teem de se entregar á industria diversas, e á outros misteres sociaes que demandão uma cultura maior de intelligencia e até alguns conhecimentos especiaes. (p. 22)

Essa noção de divisão do ensino é, assim como outras características tidas como modernas, espelhada nos países europeus. Nesse mesmo relatório acima citado, é dito como vários estados da Alemanha obedecem a essa divisão e têm as chamadas *escolas medias* para atender a essa classe média da sociedade.

É também, a partir do modelo europeu que Abilio Cesar Borges, no Relatório Sobre a Instrucção Publica da Provincia da Bahia (1856), já aqui citado, aponta as ‘reformas urgentes’ no ensino, como: a necessidade de recuperar o professorado a exemplo de como a Universidade de Paris tratou de reformar a educação pública na França; a criação de uma caixa de economia para os professores como existia na Alemanha e outros países; a implementação do método português do ensino primário por estar “debaixo do ponto de vista hygienico e physiologico” (p.01).

O já dito lugar de importância que ocupava o pensamento higienista, para a elite intelectual soteropolitana, influenciou também o sistema educacional, fazendo com que a atenção de médicos se voltasse para as escolas. Assim, algumas das teses da Faculdade de Medicina da Bahia são verdadeiros mapeamentos das instituições escolares, além de manuais indicativos da forma correta que deveria se estabelecer as escolas perante a higiene.

O médico Umbelino Heraclio Muniz Marques ao analisar as escolas da capital baiana na tese intitulada *Hygiene Pedagogica*, assegura que “as escolhas bahianas encaradas sob o aspecto da hygiene apresentam um espetáculo desanimador” (p.18), exemplificando ao afirmar que “a Casa Escola da Freguesia de Santo Antonio

Além do Carmo não satisfaz a nenhuma das condições *hygienicas e pedagógicas*¹¹, quanto á sua construcção, compartimento e colocação” (p.10).

A insatisfação quanto à higiene escolar parece seguir com o passar dos anos. Em 1908, o médico Octavio Torres da Silva aponta, ao analisar a realidade da *instrucção* na capital baiana, como “desde o edificio até ao proprio programa está tudo em manifesta opposição aos preceitos scientificos” (p.29). E segue demonstrando indignação afirmando que “especialmente na Bahia, é a instrucção publica a causa mais *insignificante*¹² que figura nas obrigações dos poderes públicos desta terra” (p.30).

O médico Octavio Torres segue em sua tese afirmando como a realidade educacional em Salvador segue destoando dos países tidos como civilizados. Enfatiza que:

E' deveras entristecedor o estado atrophico da instrucção primaria nesta capital, porque está em completo antagonismo ás regras da moral, da pedagogia e da hygiene, e parece que, em vez de ser ministrada para aperfeiçoar o homem, moral e physicamente, ella serve para destruir o organismo, e alterar o espirito dos que d'ella se abeiram, já porque a competência do mestre é nulla, já porque faltam os requisitos necessários ao seu desenvolvimento. (p.31)

Apesar do tom pessimista frente à condição da educação em Salvador, no referido tempo histórico, aponta o Collegio Ypiranga, dirigido pelo doutor Alexandre Porphirio de Almeida Sampaio, como um exemplo de felicidade, pois “a casa obedece aos principios hygienicos e pedagogicos” (p.35).

Joaquim de Britto Costa médico baiano, no ano de 1920, diz que as escolas na Bahia não obedecem, em geral, ao mais rudimentar critério científico, e segue:

É lamentavel para quem aspira sincera e veementemente ver a nossa estremecida Bahia hombrando com as mais cultas e avantajadas das suas co-irmãs, nivelando co as nações civilisadas, contemplar a depressão, o atrazo, o retrogadismo de suas escolas. (p.52/53)

Dentro os requisitos básicos para a escola de uma sociedade civilizada estava o ensino da ginástica, por esta se ajustar aos ideais de modernidade, como aqui já foi dito. Contudo, apesar da prática mostra-se muito desejada nos discursos

¹¹ Grifos do autor.

¹² Grifo do autor.

da elite intelectual da Cidade da Bahia, a realidade da sua implementação como prática pedagógica não seguiu no mesmo ritmo do desejo.

Essa distância entre o pretendido e o concreto, contudo, não é uma exclusividade baiana, a exemplo disso, temos o caso Rio de Janeiro, que por resistência da elite carioca as atividades manuais, ou por resignificação da prática nas escolas, a instauração e desenvolvimento da ginástica passou por resistências, até sua efetiva institucionalização e distanciamentos dos princípios de disciplina, saúde e higiene propagados no discurso médico (MELO e PERES, 2016, GOIS JUNIOR, 2013).

Neste sentido, a Diretoria Geral dos Estudos da Bahia, no ano de 1856, apresentou um balanço das disciplinas ministradas no estado, referentes ao ano de 1855. No Lyceu Provincial, principal instituição responsável pelo ensino secundário em Salvador. Sara Dick (2011) elucida como essa instituição expressava a concretização das políticas públicas educacionais no estado, e mesmo sendo esse espaço tão importante, não consta a presença do ensino da ginástica ou de qualquer outra prática corporal na sua grade curricular do referido ano.

MATERIAS DO ENSINO.	
Latim	
Francez	
Inglez	
Grego	
Grammatica Philosophica	
Rhetorica e Bellas-Letras	
Arithmetica e Algebra	
Philosophia Racional e Moral	
Geometria e Trigonometria	
Geographia e Historia	
Elementos de Direito Commercial	
Contabilidade Commercial	
Anatomia e Phisiologia vegetaes	
Elementos de Phisica e Chymica	
Musica	
Desenho	

Imagem 1;Directoria Geral dos Estudos da Bahia, 1856.

Sobre as aulas particulares da instrução secundárias ministradas Província no mesmo ano, 1855, também não faz referência a aulas de ginástica, nem sinônimos:

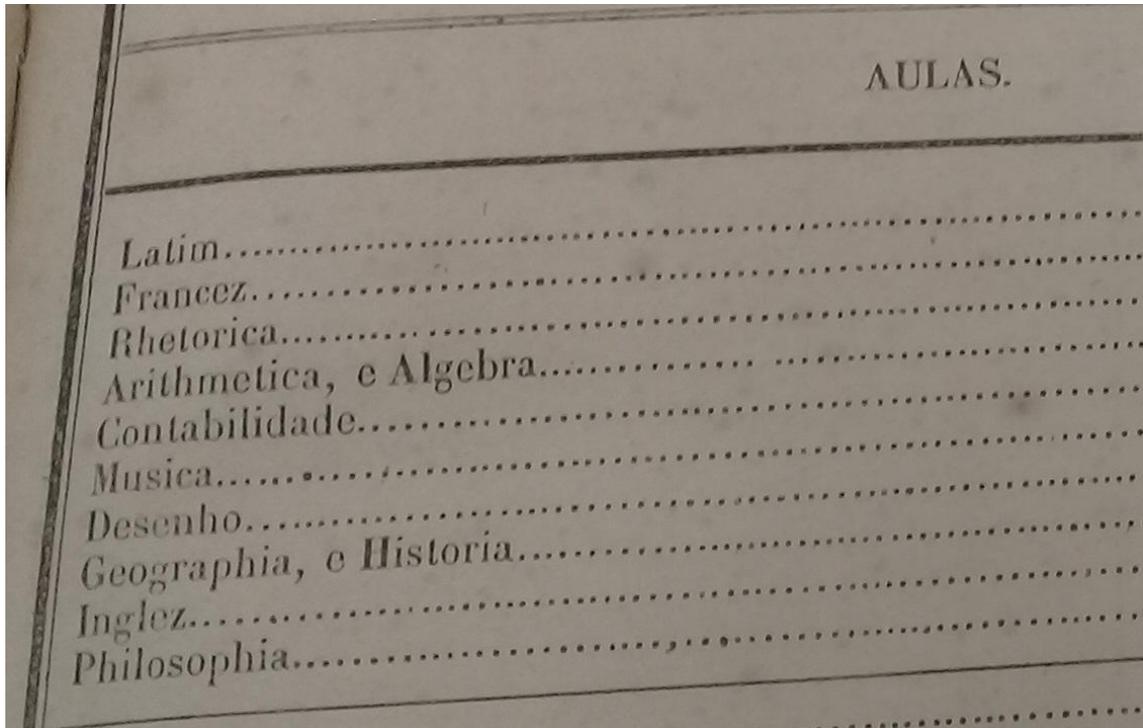


Imagem 2; Directoria Geral do Estudo da Bahia, 1856.

No Relatório Sobre a Instrução Publica do ano de 1881 o então diretor geral da instrução publica Dr. Romualdo Maria de Seixas Barroso informa que o Lyceu Provincial foi frequentado por apenas 62 estudantes, dos 104 matriculados. Já na Escola Normal de senhoras matricularam-se 115 alunas e na Escola Normal de homens matricularam-se 76 alunos

O Dr. Romualdo segue apresentando um panorama geral da Educação na Bahia:

A Bahia, que tem 1.500.000 habitantes, e conta 574 cadeiras publicas de instrução primarias, tem apenas uma inscripção escholar de 21.626 alumnos. Se ajuntarmos á estes mais 421 alumnos, que frequentam as escholas particulares, cujos mapas foram recebidos, e triplicarmos esse numero, teremos o computo provável de 23.310 frequentadores das aulas da primeira idade. (p.09)

O diretor questiona o motivo de apenas 1/5 da população baiana possuírem instrução, e aponta como possibilidade a falta de escolas e, também, as condições de pobreza do país, “que não podem dar aos filhos vestuario, com que appareçam

decentemente na escola: além é a exploração das forças do menino, em prejuízo da sua educação” (p.09).

Além destes motivos apontados para a incipiência da educação pública baiana, também é fundamentada na falta de frequência dos alunos o que ocasionou a supressão de cadeiras em algumas cidades do interior do estado, como Chique-Chique, Maracás e Campo Largo, segundo o Secretário Geral da Instrução Pública Dr. Aprígio Amancio Gondalves no ano de 1880.

No que se refere às disciplinas oferecidas tanto no Liceu, quanto nas Escolas Normais, não existe menção a ginástica nesta relação, nem no ano de 1880 e nem no ano seguinte. Já em 1882, o Relatório da Instrução Pública aponta, numa sessão intitulada Artes e exercícios físicos, o ensino da gymnastica relacionada a uma educação cívica e educação dos sentidos, contudo não é no sentido do que acontece nas aulas de ginástica, mas como deveria acontecer.

Apesar de novamente não se mostrar presente o ensino da ginástica, no relatório acima mencionado, uma matéria acrescentada nas escolas públicas primárias chama a atenção, esta é intitulada de *civilidade*, tendo a sua importância justificada com a seguinte arguição:

Ninguém desconhece que incompleta seria a educação, se não ornasse e embelezasse a natureza, dando-lhe essas maneiras delicadas e polidas que nos encantão. O menino não sahiria prompto da escola, se ali não contrahisse os hábitos de polidez, e não aprendesse as regras de civilidade do bem viver: d’onde escreveu alguém <<que a civilidade é para os costumes o que o polimento é para as obras d’arte.>>

Aproveite-se da leitura do Compendio para explicar-lhes essas regras de civilidade observadas no commercio do mundo, e terá a satisfação de apresentar á sociedade homens polidos e bem educados. (1882, p.40/41)

Esse fato reforça a ideia de civilidade ligada ao controle da moral para adequação do homem as demandas da sociedade moderna. Uma retidão moral, e ousarmos, podemos entender ‘homens polidos’ no sentido, também, de uma retidão física, de um controle corporal.

Voltando ao nosso objeto, no *Programma do Jardim da Infancia* (1882) o apontamento do ensino da ginástica, sendo este relacionado aos preceitos higiênicos e como exercícios que adestrem e desenvolvam as crianças, tendo como indicação de sua execução: “far-se-hão ao ar livre no Jardim, ou em uma sala que o

substitua, adaptada a este fim, quando a estação assim exigir. Nenhum exercício durará mais de 15 minutos” (p.129).

Contudo, essa ocorrência parece não tomar grandes proporções e amplitude para outras escolas. O mesmo relatório não apresenta a ginástica como parte integrante das disciplinas ministradas nas Escolas Normais. Nem tão pouco no Liceu Provincial, considerado uma das mais importantes instituições escolares da época, como podemos ver no quadro de disciplinas do ano de 1882.

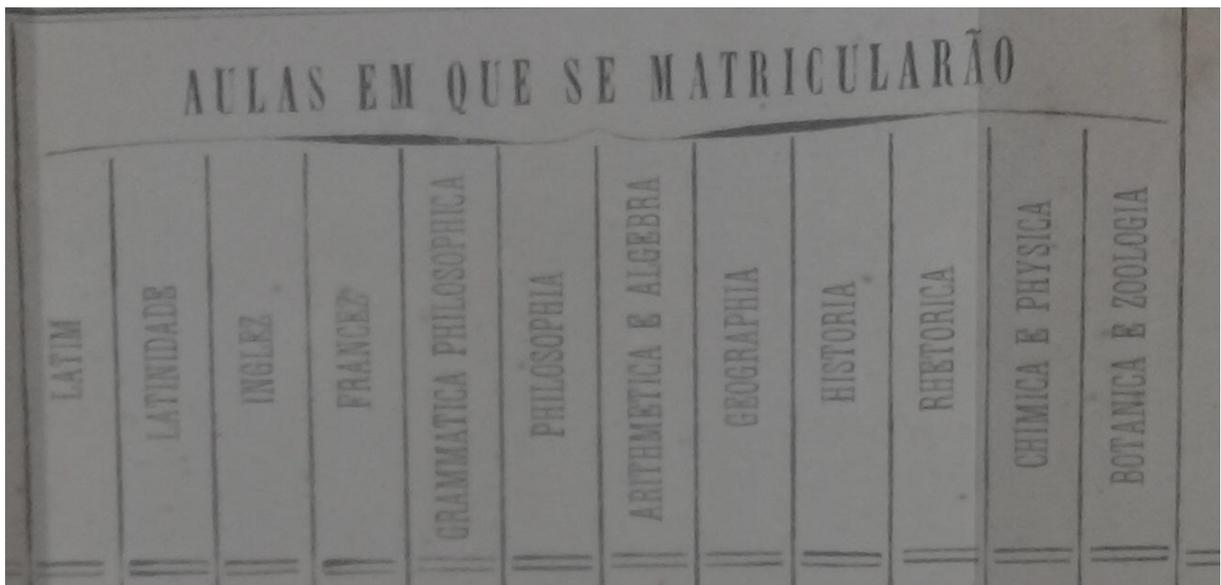


Imagem 3: Relatório da Instrução Publica da Provincia da Bahia, 1882.

A ausência da ginástica no cotidiano escolar parece seguir com o passar dos anos. Umbelino Marquez, em 1886, afirma que a ausência se dá, “pois, as escolas não possuem pátios, nem recreio, nem jardins que sirvam para a prática da ginástica: nada enfim que sirva de diversão á creança, muito pelo contrario, socego e immobilidade (p.30).

Nesse sentido, o médico Joaquim de Britto Costa (1920) aponta como uma das lacunas do ensino a ausência de *educação physica, de exercícos e da gymnastica*. Apresenta como exemplo a Escola Normal na qual, felizmente, segundo o médico, podiam observar as prescrições da ginástica sueca, considerada por ele a ginástica dos movimentos e atitudes. Na Escola Normal, no ano de 1882, o Relatório Sobre a Instrução Publica da Provincia da Bahia, aponta a ginástica como componente curricular.

Do ponto de vista governamental, no Relatório do Trabalho do Conselho Interino do Governo de 1882, notamos que apesar do reconhecimento de que a

ginástica deveria ser obrigatória em todas as escolas, uma vez que “tão grandes e incontestáveis são as suas vantagens na educação física da criança” (p. 249), os recursos públicos não permitiam investimentos nesta área.

O mesmo relatório apresenta que:

O legislador, tratando das escolas normaes, estabeleceu que, quando permitirem os cofres provinciaes, o ensino seja ampliado com musica vocal e instrumental, e gymnastica; e entretanto não estabeleceu disposição análoga em relação ás escolas primarias. (p. 249)

Já no ano de 1918 na Assembleia Geral do Estado, o então governador do estado, Antônio Muniz Sodré de Aragão confirma a conclusão da obra de um pavilhão específico para a prática de ginástica no Gymnasio Estadual. Diz, também, existir 83 escolas elementares particulares e 43 estabelecimentos particulares de ensino secundário em Salvador, no referido ano. O governador continua no relatório apontando os melhoramentos feitos nos quartéis, praças e ginásio da capital, concluindo com a seguinte afirmação: “como vedes, nem a instrução, nem a justiça, nem a hygiene, nem a assistência, nem a policia deixaram de merecer minha atenção” (p.07).

É importante lembrarmos que a ginástica que se pretendia constituir como prática educativa era de caráter científico, racional, metódica distanciando-se da ginástica circense próxima do divertimento e do espetáculo. O discurso científico responsabilizava-se por distinguir a prática educativa da executada por artistas de rua, acrobatas, funâmbulos, do mundo do circo. Gestava-se uma nova compreensão sobre a prática, que a retirava simbolicamente do cenário do circo e do teatro e a colocava no terreno marcado pela pedagogia e pela medicina (MELO e PERES, 2014; SOARES, 2000).

Contudo, como elucidam Melo e Peres (2014), para o público a ginástica-espetáculo trava-se de uma atividade vastamente apreciada. Assim, concomitantemente ao movimento de escolarização, a prática como espetáculo foi outra forma de manifestação dos movimentos gímnicos em Salvador, como constatamos.

Em novembro de 1876 o Diário de Notícias anuncia a estreia da companhia de gymnastica e acrobatica Phenomenos Transatlanticos no Theatro S. João. No

ano seguinte, O Monitor anuncia o espetáculo do Circo Equestre: companhia gymnastica Bahiana:



Imagem4: Circo equestre

O Correio do Brasil, em 1904, discorre sobre o espetáculo no Circo Universal:

Os seus prospectos de companhia equestre, acrobatica, gymnastica não são simples reclusos.
 Não podemos deixar de salientar o nome do menino cobra Francisco Fernandes perfeito deslocador que executou todos os movimentos, quer em equilibrio, quer em saltos, que em deslocações. (p.13)

A ocorrência da ginástica-espetáculo, bem como os dados encontrados sobre a difusão da prática como componente pedagógico, nos leva a compreensão de que houve uma grande distância entre o discurso e a realidade em torno da ginástica científica e higiênica, em Salvador. Apesar do reconhecimento, de atribuída grande importância da ginástica como símbolo de modernidade, higiene e moral, pelos governantes, articulistas e, principalmente, médicos baianos, a sua materialização nas instituições escolares mostrou-se lenta e insipiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de discutir a ginástica no seu aspecto histórico foi abraçado por julgarmos ser vital conhecer as raízes identitárias das práticas corporais que são objeto da Educação Física e que, por vezes, são silenciadas na história. Tentar compreender as concepções pensadas para a prática em Salvador, no marco temporal aqui demarcada nos levou a caminhos de análise da conjuntura social e projetos que figuravam na cidade a época.

Entendemos que os pensamentos que circulavam em torno da prática em Salvador, assim como em outros lugares do país, estavam relacionados com um desejo de moldar os costumes e racionalizar o comportamento corporal para que os indivíduos imprimissem, nas suas práticas cotidianas, os ideais de modernidade que circulavam no país, neste momento. Modernidade esta que tinha suas diretrizes articuladas nos saberes higienistas, resultado de uma ascensão das ciências e, principalmente, da medicina.

O médico tornou-se, de certa forma, um diretor nas ações e projetos que seguiam no sentido de civilizar a capital baiana. Como apresentamos aqui, diversas mudanças, concretas e simbólicas, foram direcionadas a partir do olhar do médico. Pavimentações de ruas, expansão e melhoria no saneamento básico, iluminação das ruas, foram medidas que tinham como orientação os pensamentos higienistas.

Todo esse movimento, entretanto, foi de certa forma fruto do caos em que se encontrava a Cidade da Bahia. Epidemias inúmeras, condições precárias de moradia e sobrevivência, motivavam um desejo de mudança que, não era absorvido e compartilhado por toda a sociedade. A sociedade soteropolitana vivia dividida entre o desejo de um futuro moderno e um retorno ao passado de glória que possuía no passado. Salvador estava presa a uma lógica que limitava as aspirações por um maior crescimento, pelo progresso.

Presas a um ressentimento histórico, a capital baiana seguia num ritmo diferente de outras capitais brasileiras, pois apresentava uma conjuntura econômica opaca e insossa, frente à industrialização que se expandia pelo Brasil; uma mentalidade colonial da elite social que apresentava resistência a inserção de práticas modernas, como a ginástica; um cenário político instável que dificultavam ações mais efetivas no sistema educacional.

Assim, o desejo de modernização circulou entre um grupo, entre uma elite intelectual composta por articulistas, políticos e, principalmente, médicos. Tal fato verticalizou as ações no sentido do progresso. Este grupo geria, orientava e executava os planos de civilização. Isso não significa dizer que apresentavam consenso entre si, mas todos apontavam a melhoria no sistema educacional como um caminho para o progresso, e destacavam o lugar da ginástica como prática diletta e símbolo moderno.

Os discursos dessa elite intelectual, que defendia, desejavam a prática da ginástica como uma ação educativa, estava assentado na ideia de racionalidade, civilização, moral, autonomia. Isso porque a prática era vista como capaz de fornecer meios para o uso comedido e prudente do corpo. Gestos e comportamentos econômicos, que fossem necessários, apenas. Uma ideia de racionalidade corporal que se relacionava com os processos de industrialização e do desenvolvimento urbano e científico, de uso adequado do tempo, uma visão de um chamado 'corpomáquina'.

Assim, em Salvador, a elite intelectual também seguia a fim de tornar a ginástica mesmo uma técnica de educação do corpo, ensinando o comedimento, a contenção, o rigor consigo e com o outro, a igualdade de ritmos e gestos tão necessários à vida urbana, reforçando a ideia do progresso relacionada ao controle, ao metódico, ao higiênico.

Se existia certa homogeneidade e aproximações nos discursos médico, políticos e jornalístico apontando a necessidade dessa ginástica racional como uma prática pedagógica, vimos que a sua materialização cotidiana já não caminhava no mesmo ritmo do desejo. Algumas questões podem ser levantadas sobre isso: a primeira e mais importante, certamente, é inerente ao próprio sistema de ensino baiano.

Apesar do reconhecimento de que a educação era um caminho para o progresso, os processos para melhoria e ampliação em torno dela eram cíclicos e insipientes. Os muitos decretos, leis que buscavam reformular e ampliar a instrução pública do estado, na sua grande maioria, não saíam do papel. Isso degradingolou no pequeno alcance da educação pública e numa supremacia do ensino particular, dificultando o acesso de grande parte da população e restringindo o ensino ao grupo dominante que pretendia tornar seus filhos os futuros governantes.

Este fato já nos leva a refletir que a ginástica, como prática pedagógica, ficou restrita a um pequeno grupo, não alcançando um grupo significativo para promover a então desejada mudança de hábitos, costumes dos vistos como 'incivilizados'.

Outra questão é referente ao próprio acontecimento da ginástica nas escolas, como constatamos nas fontes encontradas. Não só o ensino, em termos numéricos, era insatisfatório, como em termos pedagógicos não atendiam as pretensões modernas. As aulas de ginástica aconteciam muito pontualmente. Se nos primeiros anos da segunda metade do século XIX os passos iniciais são dados no sentido de modernizar o país, a Salvador e a educação baiana, é somente na virada do século que as referências são mais numerosas para o acontecimento das aulas de ginástica, tanto nas instituições públicas como nas instituições particulares.

No que diz respeito às concepções pensadas para a ginástica, enxergamos pontos de aproximações e divergências entre o discurso e a prática. A ginástica que se pretendia constituir como prática educativa era a racionalizada, a científica que deveria se distanciar da sua origem circense, do espetáculo e do divertimento.

Algumas falas de médicos indicavam a satisfação com o desenvolvimento da ginástica, em algumas escolas, sob os preceitos higiênicos e científicos. Contudo, a manifestação da 'ginástica espetáculo' continuava acontecendo na cidade. E também, alguns anúncios de jornais e relatórios governamentais relacionavam a ginástica ao momento do recreio, do divertimento, distanciando-a do pretense controle, racionalidade, execução metódica dos movimentos.

Destarte, podemos afirmar que os projetos modernizadores da capital baiana, idealizados e gestados a partir dos ideais higienistas, enfrentaram dificuldades na sua execução, materialização. Nesse contexto, a ginástica se constituiu no discurso da elite baiana como elemento fundamental para inscrição do sujeito moderno, mas a sua realidade, implementação no cotidiano escolar, não seguiu no mesmo ritmo e concepções pensadas para a prática, ora se aproximando, ora se distanciando. Podemos concluir com uma frase pertinente, de Soares e Moreno (2015, p.111): entre o desejo e a realidade, um outro espaço se criou. Ou seja, a configuração de um ideário, não necessariamente significou uma materialização, ao menos no nível que era indicado como ideal.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA – REVISTA SCIENTIFICA, LITTERARIA E NOTICIOSA. Salvador, out, 1880.

ALMEIDA, Luiz de Oliveira. **Hygiene dos Pobres**. FAMEB, Salvador, 1908.

ANNAES DA ASSEMBLEIA GERAL DO ESTADO. Salvador, 1918.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein De. Patrimônio Industrial no Brasil. **USJT - Arquivo Urbano**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 11-22, jan./jun. 2016.

CORREIO DA BAHIA. Salvador, 1871.

CORREIO MERCANTIL. Salvador, jun, 1838.

BRITTO, Marinonio de Freitas. **A Libertinagem e Seos Perigos Relativamente ao Physico e Moral do Homem**. FAMEB, Salvador, 1853.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. **O Mundo Como Representação**. Estudos Avançados, São Paulo, v.11, n.5, 1991.

COSTA, Joaquim de Britto. **Hygiene nas Escolas**. FAMEB, Salvador, 1920.

COSTA, Angela Marques Da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Luciene Henrique Da; SANTOS, Marysol De Souza; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. O discurso médico e a educação física nas escolas (Brasil, século XIX). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 273-82, abr./jun. 2014.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013

DICK, Sara Martha. **As Políticas Públicas Para o Ensino Secundário na Bahia: o Liceu Provincial 1860-1890**. Salvador, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

DIARIO DE NOTICAS. Salvador, nov, 1876.

DIRETORIA GERAL DOS ESTUDOS DA BAHIA. Salvador, 1856.

FAUSTO, Boris. **História da Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FREITAS JUNIOR, José Antonio de. **A Influencia do Estado Social na Produção das Molestias**. FAMEB, Salvador, 1853.

GAIO, Roberta; GOIS, Ana Angélica; BATISTA, José Carlos de Freitas. **A Ginástica em Questão: corpo e movimento**. 2 ed. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

GAZETA MÉDICA DA BAHIA. **Catálogo de Teses da Faculdade de Medicina da Bahia**. Salvador, FAMEB-UFBA, 2004.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século xixi e início do século xx. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 139-159, jan./mar. 2013.

LAJOLO, Marisa. **Literatura Infantil (1880 - 1910)**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/conthist.htm>> Acesso em: 18 de set. 2016.

LAROCCA, Liliana Muller. **Higienizar, Cuidar e Civilizar: o discurso médico para as escolas paraenses (1886-1947)**. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E A Bahia Civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912-1916**. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia.

LOBO, Francisco Candido da Silva. **Apontamentos Para o Estudo da Hygiene Escolar**. FAMEB, Salvador, 1898.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural**. in Estudos CEBRAP. São Paulo, v.7, n. 6, 1973.

LUTOSA, Isabel. **Período Joanino e a Eficiência Analítica de Alguns Textos**.

Disponível em:

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_16_Isabel_Lustosa.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2017.

MARQUES, Umbelino Heraclio Muniz. **Hygiene Pedagogica**. FAMEB, Salvador, 1886.

MATOS, Ralfo. Migração e Urbanização no Brasil. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 07-23, jan./jun. 2012.

MCLUHAN, Marshall. **O projeto de modernidade e o ideal de progresso**. PUC-RIO. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9165/9165_3.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

MELO, Francisco Tavares da Cunha. **Algumas Considerações Phycho-physiologicas acerca do Homem**. FAMEB, Salvador, 1851.

MELO JUNIOR, Djalma Santos. **A Escolarização das Práticas Corporais em Meio a “Babel da Instrução Publica Baiana: os confrontos em torno da gymnastica, musica e dança**. Feira de Santana. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciência Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana.

MELO, Victor Andrade de. **Dicionário do Esporte no Brasil: do século XIX ao início do século XX**. Autores Associados. Rio de Janeiro, 2007.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Carlos de Faria. **A Gymnastica no Tempo do Império**. 7Letras. Rio de Janeiro, 2014.

MELO, Victor Andrade de. Uma diversão adequada? As touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1870-1884). **História** São Paulo, v. 32, p. 163-188, 2013.

MELO, Victor Andrade De; PERES, Fabio De Faria. Relações entre ginástica e saúde no Rio de Janeiro do século XIX: reflexões a partir do caso do Colégio Abílio, 1872-1888. **História, Ciência, saúde**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1133-1151, out./dez. 2016.

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Belo Horizonte, v. 37, n. 2, p. 128-135, mar. 2015.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. Fundamentos e Políticas Educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. **Revista da UEPG**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 209-224, dez. 2008.

O ACADEMICO – PERIODICO DEDICADO A MEDICINA E LITTERATURA. Salvador, ago, 1872.

O CORREIO DO BRASIL. Salvador, 1904.

O MONITOR. Salvador, nov, 1877.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e Modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 03-12, jun. 2001.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Brasil**: difusão e adaptação de modelos urbanos (França, Rio e Salvador). 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PIRES, Roberto Gondim. **História da Educação Física na Bahia: o percurso da formação profissional**. Salvador: 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

RAMOS, Jayr Jordão. **Os Exercícios Físicos na História e na Arte**. São Paulo: IBRASA, 1982.

RELATORIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Salvador, 1850.

RELATORIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Salvador, 1856.

RELATORIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Salvador, 1857.

RELATORIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA DA PROVINCIA DA BAHIA. Salvador, 1880.

RELATORIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA DA PROVINCIA DA BAHIA. Salvador, 1881.

RELATORIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA DA PROVINCIA DA BAHIA. Salvador, 1882.

RELATORIO DE TRABALHO DO CONSELHO INTERINO DO GOVERNO. Salvador, 1856.

RELATORIO DE TRABALHO DO CONSELHO INTERINO DO GOVERNO. Salvador, 1882.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira Da. Esporte e Modernidade no Rio de Janeiro e Salvador: um estudo comparado. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 99-116, jan./jun. 2013.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira Da Rocha; SANTOS, Henrique Sena Dos. **Primórdios do esporte no Brasil**: Salvador. Manaus: Reggo, 2015.

SÁ, Tania Regina Braga Torreão; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **A Cidade da Bahia de Meados do Século XIX e Início do Século XX: memória e patrimônio em uma cidade do capital**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói RJ: 03 a 06 de Setembro de 2012.

SIGOLI, Mário André; ROSE JUNIOR, Dante De. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira ciência e movimento**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, jun. 2004.

SILVA, Octavio Torres. **A Cidade da Salvador Perante a Hygiene**. FAMEB, Salvador, 1908.

SOARES, Carmen Lúcia. Notas sobre a educação do corpo. **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 43-60, jan./jun. 2000.

SOARES, Carmen Lúcia; FRAGA, Alex Branco. Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. **Pro-posições**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 77-90, maio 2003.

SOARES, Carmen Lúcia; MORENO, Andrea. Dossiê - práticas e prescrições sobre o corpo: a dimensão educativa dos métodos ginásticos europeus. **Revista Brasileira de ciências do esporte**, Campinas, v. 37, n. 2, p. 108-110, mar. 2015.

SOUSA, Venceslau Alves de. **Malandragem e Cidadania: novas pistas**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de; BARRETO, Maria Renilda Nery. **História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico**. Barueri: Fio Cruz, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10 ed. Salvador: EDUFBA, 2001.

VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jerferson De. **História de Práticas Educativa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)**. Educar, Curitiba, 2000.

VELHO, Gilberto. Estilo de Vida Urbano e Modernidade. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v.8 n.16. p.227-234, 1995.

VELHO, Mathias de Campos. **Etiologia do Cholera-Morbus; Medidas Sanitarias Applicaveis Contra Sua Invasão e Propagação Nesta Cidade**. FAMEB, Salvador, 1886.